

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Ziziane César de França e Silva

**O IMPACTO DAS LEIS SIMBÓLICAS
PROPOSTAS E APROVADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
PRODUÇÃO OU INFLAÇÃO LEGISLATIVA?**

Brasília

2007

ZIZIANE CÉSAR DE FRANÇA E SILVA

**O IMPACTO DAS LEIS SIMBÓLICAS
PROPOSTAS E APROVADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
PRODUÇÃO OU INFLAÇÃO LEGISLATIVA?**

Monografia apresentada para aprovação no curso
de Especialização em Processo Legislativo da
Câmara dos Deputados

Orientador: Cristiano Ferri Soares de Faria

Brasília
2007

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Silva, Ziziane César de França e.

O impacto das leis simbólicas propostas e aprovadas na Câmara dos Deputados [manuscrito] : produção ou inflação legislativa? / Ziziane César de França e Silva. -- 2007. 84 f.

Orientador: Cristiano Ferri Soares de Faria.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) -- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2007.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Proposição legislativa, Brasil.. 2. Processo legislativo, Brasil. I. Título.

CDU 342.537(81)

**O IMPACTO DAS LEIS SIMBÓLICAS
PROPOSTAS E APROVADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
PRODUÇÃO OU INFLAÇÃO LEGISLATIVA?**

Monografia – Curso de Especialização em Processo
Legislativo da Câmara dos Deputados – 1º
Semestre de 2007

Ziziane César de França e Silva

Banca Examinadora:

Cristiano Ferri Soares de Faria

João Ricardo Carvalho de Souza

Brasília, 14 de março de 2007.

Dedico ao meu filho, João César,

amor da minha vida ...

Presente de Deus!

**“(...) o Parlamento não pode ser visto como uma
‘fábrica de quinquilharias legislativas’ (...)”.**

(Dep. Aldo Rebelo, 20 jan.2006.)

**“Só a ignorância profunda pode exigir que o Congresso se transforme
numa linha de montagem de inutilidades legislativas”**

(idem.)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo examinar os projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados durante a sessão legislativa do ano de 2003 acompanhando sua tramitação até o final da legislatura em 2006, com o intuito de verificar qual a abrangência de proposições dos tipos “homenagens” e “datas comemorativas”, entre outras de conteúdo original ou inusitado, na produção legal da Casa e quais os principais fatores que influenciam na baixa qualidade legal. O estudo restringiu-se apenas aos projetos de lei ordinária de iniciativa dos deputados cujo teor ou cuja tramitação tenha cumprido uma função simbólica, buscando quantificá-los e classificá-los segundo o tema, visando verificar se ocorre produção ou inflação legislativa no parlamento. A pesquisa apresenta resultados surpreendentes sobre a atuação da Câmara dos Deputados como agente legiferante e revela dados sobre a representatividade das Leis simbólicas em seus trabalhos legislativos e sobre a taxa de aprovação e inserção de tais projetos no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Proposições Simbólicas, Produção Legislativa, Inflação Legislativa.

SUMÁRIO

Introdução	07
Os poderes legiferantes do Executivo e o Presidencialismo de Coalizão	07
A centralização do Poder Legislativo e o poder dos Líderes	09
O papel secundário das Comissões nos trabalhos legislativos	11
O processo legislativo na câmara federal e as leis simbólicas	15
O conteúdo da legislação simbólica	17
As leis simbólicas e a inflação legislativa	19
Outros Projetos de Lei que tiveram tramitação simbólica	24
Conclusões	28
Anexos	
I. Gráficos	32
II. Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 com conteúdos simbólicos.	35
III. Os Projetos de lei de 2003 que foram transformados em normas jurídicas	44
IV. Projetos de lei com tramitação simbólica: inconstitucionalidade da matéria	49
V. Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados financeiramente	57
VI. Projetos de lei com tramitação simbólica: retirados pelos autores	64
VII. Projetos de lei com tramitação simbólica: devolvidos aos autores	69
VIII. Súmula da Jurisprudência n.º. 01- CCJR	73
IX. Súmula da Jurisprudência n.º. 02- CCJR	75
X. Súmula da Jurisprudência n.º. 04- CCJR	77
XI. Súmula de Orientação aos Relatores – Comissão de Educação e Cultura - CEC	79
Bibliografia	82

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise de pesquisa sobre a produção legislativa da Câmara dos Deputados iniciada no ano de 2003 acompanhando seu trâmite até o término da legislatura em 2006. Incluem-se inicialmente todos os 2858 Projetos de Lei Ordinária apresentados por quaisquer dos agentes legiferantes, com o intuito de avaliar a taxa de sucesso dos projetos conforme a iniciativa. Posteriormente a pesquisa acompanhará apenas os 2709 Projetos de Lei Ordinária de iniciativa dos deputados federais, com o objetivo de verificar a incidência de projetos que cumpriram uma função simbólica nos trabalhos legislativos e conseqüentemente a taxa de aprovação dos mesmos em normas jurídicas.

No entanto, qualquer pesquisa sobre a produção legislativa oriunda da Câmara dos Deputados deverá ser precedida de uma análise sobre os fatores e os agentes que influenciam diretamente sobre sua produção legislativa, como: os poderes legiferantes do Presidente da República, o presidencialismo de coalizão, a centralização do Poder Legislativo, a influência dos Líderes dos partidos nas decisões da Casa e o papel secundário das Comissões de mérito. Todos dificultam a existência de uma agenda legislativa própria da Câmara e comum a todos os Deputados, desmotivando-os a participarem mais efetivamente dos trabalhos em conjunto e incentivando-os a proporem projetos individualistas meramente simbólicos e pouco eficazes.

Os poderes legiferantes do Executivo e o Presidencialismo de Coalizão

O Presidente da República é a figura mais influente sobre os trabalhos do Poder Legislativo e o principal agente legiferante do país. Seus poderes legislativos foram ampliados pela Constituição Federal de 1988, afetando assim, as relações entre os dois poderes, uma vez que, quanto maior a atuação do Presidente na apresentação de proposições, maior a relação

conflituosa com o Congresso, pressionado a aprovar as propostas da agenda de governo do Executivo.

Outro fator de influência sobre os trabalhos legislativos reside no poder do Presidente da República de definir a agenda dos trabalhos legislativos, ou seja, na sua capacidade de determinar o momento e o conteúdo das propostas que serão apreciadas pelo Congresso, gerando uma hipertrofia da atuação do Executivo no processo legislativo. O êxito de suas propostas é garantido tanto por dispositivos constitucionais quanto pelo apoio de uma maioria parlamentar fictícia e pela disciplina partidária, resultante de um sistema conhecido como “presidencialismo de coalizão”.

A expressão, criada por Sérgio Abranches em 1988 antes da promulgação da Constituição, designa a peculiar estrutura institucional brasileira que combina: separação e independência entre os poderes, representação proporcional de lista aberta, multipartidarismo, presidencialismo e federalismo, em um sistema conflituoso (resultado de eleições que não produzem uma maioria clara, seja governista ou oposicionista), sendo necessária uma coalizão sob critérios partidários e federativos para dar apoio ao governo dentro do Legislativo.

Porém, o “Presidencialismo de Coalizão”, que à época de Abranches parecia um sistema peculiar, mostrou-se não muito diferente do “Governo de Coalizão” existente nos atuais sistemas parlamentaristas, nos seguintes aspectos: a produção legal é controlada pelo Executivo, o sucesso na aprovação de suas proposições é garantido pelo apoio disciplinado dos partidos da coalizão e as negociações políticas concedem o apoio da maioria necessário para aprovar a agenda de governo.

O sistema foi instaurado no Brasil com a República de 1946, no entanto, naquele momento o mesmo não era suficiente para garantir todo o apoio necessário para o presidente aprovar sua agenda, uma vez que os partidos políticos não eram tão disciplinados antes de 1964. Porém, a Constituição Federal de 1988, introduziu novos instrumentos que facilitaram a intervenção do Poder Executivo no Poder Legislativo e, os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal resolveram o problema da disciplina partidária, quando forneceram aos Líderes dos partidos o poder necessário para pressionarem os demais parlamentares.

Após a Constituição Federal de 1988 os poderes legislativos do Executivo foram ampliados: outras matérias passaram a ser de sua iniciativa legislativa exclusiva, surgiu a

prerrogativa de solicitar urgência para projetos de lei de sua autoria e foi garantida a sua competência para propor Emendas Constitucionais, propor Leis Delegadas e editar Medidas Provisórias com força de lei em casos de relevância e urgência.

A centralização do Poder Legislativo e o poder dos Líderes

Somente os instrumentos constitucionais e regimentais à disposição do Presidencialismo de Coalizão não são suficientes para incentivarem ou pressionarem os parlamentares a seguirem tão obedientemente as decisões de seus líderes e a apoiarem irrestritamente as proposições do Executivo que, segundo Figueiredo e Limongi (1997) obtiveram alta taxa de aprovação após 1988. Portanto, buscaremos outros elementos analisando os atuais modelos adotados pelos legislativos democráticos, o modelo centralizado e o descentralizado.

No legislativo descentralizado a agenda legislativa é definida em cada uma das Comissões temáticas. Estas têm competência para legislar dentro de suas áreas dando assim aos parlamentares maior capacidade de influência nos trabalhos da Comissão em que é membro. Já no legislativo centralizado, as Comissões têm papel secundário e os regimentos internos ditam as regras que concentram as decisões dos trabalhos legislativos, nas figuras dos presidentes das mesas e dos líderes, dando-lhes as prerrogativas de definirem o momento e o conteúdo da agenda legislativa.

Vários indicadores apontam para a centralização do Legislativo brasileiro: as Casas possuem Regimentos Internos que delegam o poder das decisões sobre os trabalhos legislativos nas mãos de poucos, os Líderes possuem prerrogativas que garantem a aprovação dos projetos de interesse do governo e o Presidente da Mesa Diretora centraliza também as decisões a respeito da distribuição de projetos às Comissões. As Comissões no legislativo centralizado têm restrita influência sobre a produção legal e sofrem constantes interferências dos Líderes dos Partidos.

Os Deputados são agrupados em Partidos ou Blocos Parlamentares, cabendo-lhes a escolha de um Líder quando o total de membros for igual ou superior a um centésimo da composição da Câmara. Os Líderes são intermediários dos interesses de seu partido junto ao Poder Executivo e vice-versa e tiveram seus poderes ampliados através dos novos Regimentos Internos. No âmbito da Câmara dos Deputados, antes do Regimento de 1989 os Líderes

possuíam apenas as prerrogativas de nomear e substituir membros das comissões e propor, com restrições, requerimentos de urgência. Após 1989, no entanto, a iniciativa de propor o requerimento de urgência tornou-se mais ampla, e surgiram outros poderes como: a possibilidade de restringir emendas e votações em separado, a representatividade do total dos membros do partido ou bancada e o poder de determinar a agenda dos trabalhos legislativos em conjunto com o Presidente da Mesa. Os Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo formam o Colégio de Líderes, um órgão auxiliar da Mesa, opinativo e deliberativo, sempre que possível mediante consenso, ou, pela maioria absoluta dos votos, cada Líder representando o total de deputados de sua bancada.

De todos os instrumentos citados que estão à disposição dos Líderes para influenciarem os trabalhos legislativos, tanto no Plenário da Casa quanto no das Comissões, o mais eficaz é o Requerimento de Urgência. Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a urgência é a dispensa de exigências, interstícios ou prazos, ou formalidades regimentais, salvo algumas exceções. Seu requerimento é disciplinado pelos artigos 153, 154, 155 e 156.

Art. 153. A urgência poderá ser requerida quando:

- I- tratar-se de matéria que envolva a defesa da sociedade democrática e das liberdades fundamentais;
- II- tratar-se de providência para atender a calamidade pública;
- III- visar à prorrogação de prazos legais a se findarem, ou à adoção ou alteração de lei para aplicar-se em época certa e próxima;
- IV- pretender-se a apreciação da matéria na mesma sessão.

Art. 154. O requerimento de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado por:

- I- dois terços dos membros da Mesa, quando se tratar de matéria de competência desta;
- II- um terço dos membros da Câmara, ou Líderes que representem esse número;
- III- dois terços dos membros de Comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição.

.....
.....

Art. 155. Poderá ser incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse sobre matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos Deputados (...).

Como podemos observar, o requerimento é mais facilmente apresentado por Líderes que pelos outros agentes, devido ao quorum exigido, mostrando aqui o poder de influência dos Líderes. Vale ressaltar também que apesar das supostas restrições aplicadas pelos incisos I a III do art. 153, o inciso IV do mesmo artigo amplia consideravelmente as possibilidades para que qualquer matéria tenha sua apreciação na mesma sessão uma vez aprovado seu requerimento de urgência.

O papel secundário das Comissões nos trabalhos legislativos

As Comissões Temáticas ganharam uma parcela de força através da Constituição Federal de 1988, que instituiu o “Poder Conclusivo”, que garantiria autonomia na aprovação de matérias sem a deliberação do Plenário da casa, salvo se aprovado recurso próprio. Porém, o planejado não ocorre em decorrência da constante interferência dos Líderes. Eles enfraquecem a autonomia das Comissões ao indicarem e substituírem os seus membros a qualquer tempo, para garantir a aprovação dos projetos do governo provocando, porém, alta rotatividade e diminuição do nível de especialização dos seus membros. Eles também anulam o Poder Conclusivo através do Requerimento de Urgência, retirando matérias significativas da apreciação das Comissões e transferindo conseqüentemente as decisões ao Plenário. Tais atitudes colaboram para a diminuição do interesse parlamentar por uma participação mais efetiva nos trabalhos das Comissões de mérito, confirmando que: “(...) se as comissões estão prestando algum papel no processo legislativo, este não pode ser contrário aos interesses do Executivo, pois o Executivo tem diversos meios de contornar as comissões, forçá-las a cooperar ou punir seus desvios” (PEREIRA e MUELLER, 1999, p. 46).

Ainda no legislativo centralizado, como é o caso brasileiro, os direitos parlamentares são distribuídos de forma desigual, baseada na proporcionalidade partidária e no cargo (liderança). Assim, ainda que garantidos os direitos das Minorias, são praticamente nulas as chances de o parlamentar sobressair-se individualmente e encontrar abertura para estratégias que visem à reeleição.

Portanto, ao participar disciplinadamente das políticas públicas do governo, apoiar o Presidente e os partidos da coalizão e votar conforme a orientação de seu Líder, maiores as chances de garantir um retorno eleitoral através de vagas estratégicas nas posições mais influentes. Soma-se ainda o incentivo do poder de barganha do Executivo sustentado na Lei do Orçamento, que cria um vínculo de dependência com os Deputados ao distribuir ou retirar recursos orçamentários para os seus redutos eleitorais, ao nomear para cargos estratégicos em troca da aprovação de determinada agenda, ou demitir, punindo os indisciplinados com a perda de tais benefícios. Ou resta, segundo Limongi, outra opção: “(...) cerrar fileiras com a oposição esperando chegar à Presidência no próximo termo.” (LIMONGI, 2006a, p. 41).

Para melhor visualizarmos a elevada taxa de sucesso das proposições de iniciativa do Poder Executivo analisaremos os dados coletados do Sistema de Informação Legislativa, Sileg, acerca do número de Projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados em 2003 por cada um dos agentes legiferantes e a quantidade de normas jurídicas deles derivadas até o final da legislatura em 2006. Assim, poderemos observar a baixa influência dos Deputados no processo, representada pelo ínfimo número de proposições que foram transformadas em leis.

Tabela 1: Os Projetos de lei apresentados em 2003 e a produção legislativa da Câmara dos Deputados até o final da legislatura em 2006. Fonte: Sileg.

Iniciativa	Projetos de lei	Normas Jurídicas	%
Poder Executivo	34	19	56%
Poder Judiciário: (pelo Tribunal Superior do Trabalho e pela Procuradoria-geral da República)	08	04	50%
Senado Federal (projetos encaminhados para a revisão da Câmara dos Deputados)	74	11	15%
Comissões da Câmara dos Deputados: (projetos originados de Comissões Especiais, Permanentes, de Inquérito e pela Comissão Conjunta do Mercosul)	33	00	0%
Deputados Federais	2709	30	1,1%
Total de proposições apresentadas em 2003	2858	64	2,2%

Um outro fator para a baixa taxa de aprovação dos projetos dos deputados situa-se na vagarosidade do trâmite legislativo, condenando a grande maioria dos Projetos de lei apresentados ao arquivamento ao final da legislatura em conformidade com o artigo 105 do Regimento Interno. Vejamos os dados:

Tabela 2: Situação dos 2858 projetos de lei apresentados em 2003 na Câmara dos Deputados ao final da legislatura em 2006. Fonte: Sistema de Informação Legislativa - SILEG.

Status	Total	%
<p>Inativas: proposições que se encontram nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rejeitadas; ▪ Prejudicadas; ▪ Retiradas pelo autor; ▪ Arquivadas ao final da legislatura. ▪ Transformadas em normas jurídicas. <p>Obs.: Vale ressaltar que o Sileg inclui como proposições já “inativas” 57 dos 64 Projetos de Lei transformados em normas jurídicas. Porém, 7 restantes ainda constam como proposições “ativas”.</p>	2380	83,3%
<p>Arquivadas ao final da legislatura: proposições que ainda encontravam-se em tramitação ao término da legislatura em 2006, ainda que possuíssem algum parecer de mérito.</p> <p>Exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ As que possuíssem pareceres favoráveis de todas as Comissões; ▪ As já aprovadas em algum turno de votação; ▪ As que haviam tramitado pelo Senado; ▪ As de iniciativa de fora da Câmara dos Deputados: Poder Executivo, Poder Judiciário, Senado Federal e Iniciativa popular. 	2323	81,3%
<p>Ativas: proposições que se encontram nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aguardando: Deliberação (da matéria ou de algum recurso), Retorno do Senado, Devolução, Designação de relator, Encaminhamento, Resposta, Arquivamento, Apreciação do veto; ▪ Em regime de urgência, Pronta para a pauta, Devolvida ao autor, Tramitando em conjunto; ▪ Projetos de lei transformados em normas jurídicas e ainda considerados ativos. São 7 Projetos: 392/03, 1083/03, 2170/03, 2487/03 (todos sem a justificação do motivo), 818/03 (em decorrência de veto parcial), 2548/03 e 1410/03 (em decorrência de Mensagem do Poder Executivo restituindo autógrafos). 	494	17,3%

Pelos dados expostos na tabela 1 constatamos que dos Projetos de lei apresentados em 2003 (originados de todos os agentes) apenas 2,2% tornaram-se leis até o final da legislatura. Este número fica ainda mais expressivo se considerarmos apenas os Projetos de lei de iniciativa dos deputados, ou seja, apenas a produção legislativa da Câmara Federal. São apenas 30 leis originadas de 2709 projetos, ou seja, apenas 1,1% do que eles propõem consegue terminar a legislatura como normas jurídicas.

Já pelos dados da tabela 2 constatamos que 83% dos projetos de lei apresentados em 2003 encontram-se inativos, grande parte por não conseguirem concluir sua tramitação até o final da legislatura e um número ínfimo por haver sido transformada em norma jurídica.

Apenas 17 % dos projetos apresentados em 2003 ainda encontram-se em atividade legislativa em 2007.

Podemos confirmar então que a combinação dos fatores anteriormente citados (governo de coalizão, centralização do Poder Legislativo, influência dos Líderes, baixa autonomia das Comissões e disciplina dos deputados) é fundamental para o sucesso dos projetos de origem do Poder Executivo, pois garante uma tramitação mais célere e uma maior taxa de aprovação, uma vez que em geral chegam prontos e negociados em um Congresso. “(...) que encontra dificuldades para reter e motivar seus membros, determinar com um mínimo de eficácia a sua agenda e construir mecanismos próprios de deliberação, que o tornem partícipe mais efetivo do processo legislativo.”. (LIMONGI, 1996, p. 3).

O PROCESSO LEGISLATIVO NA CÂMARA FEDERAL E AS LEIS SIMBÓLICAS

O processo legislativo federal, segundo Fabrício Tomio, se apresenta em três vertentes: a) um processo legislativo determinado pelo governo através de leis orçamentárias, financeiras, administrativas e patrimoniais, aonde o Poder Executivo faz uso de suas prerrogativas legislativas; b) um processo legislativo orientado a definir as normas e diretrizes das políticas públicas federais e c) um processo legislativo voltado à produção de leis simbólicas e honoríficas (títulos, denominação de locais públicos, instituições de datas comemorativas, etc.), “aonde os legisladores jogam autonomamente e o resultado é dependente da barganha intraparlamentar” (TOMIO, 2006, p.1). Dentre todas as vertentes apresentadas, em geral, a terceira será objeto de nosso estudo. São propostas de leis honoríficas, leis denominando bens públicos, leis estabelecendo símbolos nacionais, medalhas e prêmios; leis instituindo datas ou eventos comemorativos, leis designando patronos e entre outras, todas meramente vigentes e pouco eficazes, todas simbólicas.

Para a feitura de uma lei, simbólica ou não, são necessários ritos formais que englobam cinco fases – iniciativa, tramitação, votação, sanção, promulgação e publicação – disciplinadas pela Constituição Federal e pormenorizadas através de Lei Complementar e dos Regimentos Internos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional. A Constituição Federal estabelece as regras gerais a respeito dos agentes competentes, do quorum, dos prazos para sanção, do veto, etc. A Lei Complementar n.º. 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º. 107, de 2001, estabelece as normas para a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Já os Regimentos Internos de cada casa e do Congresso Nacional, ditam as regras específicas do trâmite legislativo, como os regimes de tramitação, os prazos, os recursos, os emendamentos, os turnos de votação e discussão, etc. No entanto, apesar das inúmeras regras acerca do processo legislativo das leis federais um importante ponto não foi tratado: um dispositivo que restrinja a iniciativa parlamentar.

A iniciativa trata-se do ato inicial do processo que visa à criação ou alteração da ordem jurídica existente e deve atender aos requisitos: a) Legitimidade do titular, ou seja, a proposição deverá partir de agentes ou órgãos com competência legislativa reconhecida pela Constituição ou pelo Regimento Interno; b) Técnica legislativa: deverá atender normas de redação e c) Motivação da iniciativa: deverá a proposição ser motivada ou justificada por escrito ou de forma verbal.

No entanto, os Regimentos Internos não impõem obstáculos que limitem a quantidade de projetos de lei apresentados por parlamentar. Assim, eles possuem ampla liberdade de propô-los ainda que queiram disciplinar matérias reservadas, privativas, exclusivas, visivelmente inconstitucionais ou inadequadas financeiramente, pois o custo de apresentação de uma proposição é quase nulo, mas os efeitos junto ao eleitorado podem ser consideráveis, não importando se a matéria venha a ser rejeitada, prejudicada ou retirada logo em seguida. Assim, se pouco custam no momento da apresentação, muito oneram o parlamento e contribuem para o acúmulo de trabalho nas Comissões e a vagarosidade do processo legislativo.

A quantidade de leis apresentadas não pode servir de indicador para aferir o quanto o Parlamento é eficaz e eficiente. Se o parlamento está mais comprometido com o excesso de proposições obsoletas, de conteúdos de baixa relevância, paroquialistas ou simbólicas que pouco representam, influenciam ou modificam o universo dos cidadãos brasileiros então apenas estará contribuindo para a inflação ou hipertrofia legislativa. O objetivo do Congresso não deve resumir-se a produzir ilimitado número de leis, e sim, o de produzir mudanças significativas com o intuito de diminuir as desigualdades e injustiças sociais, dirimir conflitos e garantir direitos. A lei simbólica peca pela ineficácia prática. Por exemplo, instituir o Dia do Zumbi de Palmares servirá mais para demonstrar uma preocupação do Governo com as causas negras do que realmente produzir alguma mudança social.

O tema da legislação simbólica é proveniente da doutrina alemã segundo tipologia de Harald Kindermann, tratada no Brasil por Marcelo Neves. A função simbólica existe “quando o legislador se restringe a formular uma pretensão de produzir normas, sem tomar qualquer providência no sentido de criar os pressupostos para a eficácia, apesar de estar em condições de criá-los (...).” (KINDERMANN, 1988 apud NEVES 1994, p. 32), ou quando a “produção de textos cuja referência manifesta à realidade é normativo-jurídica, mas que serve, primária e

hipertroficamente, a finalidades políticas de caráter não especificamente normativo-jurídico” (NEVES, 1994, p.32).

Assim, temos que ela ocorre quando o legislador cria uma norma ineficaz ou sem eficácia prática em que o objetivo político e promocional em torno de sua produção ou do texto produzido prevalece sobre o objetivo normativo-jurídico. O interesse do legislador está voltado para afirmar cumplicidade com determinados valores, ou para dar mostras de sua atividade legislativa. A curto prazo, tal legislação cumprirá funções promocionais ou até mesmo educativas, no entanto o seu uso constante provoca a perda de confiança no sistema jurídico. Conforme Limongi (1996), alguns parlamentares têm apenas finalidades estatísticas ou eleitorais e para tanto basta a publicação ou a divulgação oficial da proposição, não existindo outros objetivos além da sua mera apresentação.

O conteúdo da legislação simbólica

Segundo Kindermann, jurista alemão, a legislação simbólica pode apresentar três objetos: a) legislação como confirmação de valores sociais, b) legislação-álibi para demonstrar a capacidade de ação do Estado e c) legislação como fórmula de compromisso dilatatório.

No primeiro tipo, o parlamentar posiciona-se em relação a certos conflitos sociais polêmicos (questões religiosas, aborto, direitos dos homossexuais, etc.) e procura direcionar suas atividades legislativas conforme os valores defendidos. Assim, ao legislar satisfaz as expectativas de grupos sociais envolvidos nos conflitos, que vêem no ato legislativo uma espécie de “vitória” no conflito, e, no agente legiferante uma espécie de herói ou defensor. Nestes casos trata-se de uma lei simbólica destinada “basicamente como meio de diferenciar grupos e os respectivos valores e interesses” (NEVES, 1994, p.36) a prioridade nesse caso é a confirmação de valores sociais, sendo irrelevante a eficácia normativa da lei.

Por exemplo, o “Dia do Zumbi” é simbólico, pois a data é eficaz no intuito de demonstrar a sintonia do governo com as causas das comunidades negras, no entanto é uma lei ineficaz no sentido de minimizar os problemas causados pelas diferenças raciais que as comunidades enfrentam.

No segundo tipo de legislação simbólica temos a legislação-álibi com objetivo de fortalecer a confiança do povo no sistema jurídico-político, no Governo e no Estado. O legislador produzirá leis com o intuito de satisfazer expectativas imediatas dos cidadãos, sem priorizar a efetivação ou a concretização das medidas tomadas. “Através dela o legislador procura descarregar-se de pressões políticas e/ou apresentar o Estado como sensível às exigências e expectativas dos cidadãos” (idem, p.37).

Para Kindermann (apud NEVES, 1994, p. 39) a legislação-álibi tem a função de aparentar uma solução dos respectivos problemas sociais ou, de convencer o público das boas intenções do governo, ou seja, ela é utilizada com a finalidade de demonstrar ao eleitorado que determinada demanda foi objeto de leis, sendo secundário demonstrar se tais leis atingiram os efeitos desejados pelo eleitorado. Assim, a norma solucionadora servirá como álibi perante a população da rápida atuação do Estado, principalmente diante de emergências, tornando o Estado merecedor da confiança do povo. Como exemplo da legislação-álibi, podemos citar os projetos de lei que pretendem estabelecer a maioria penal aos 16 anos. Eles atendem ao clamor popular em momentos de comoção aparentando ser uma solução, no entanto, não resolvem o problema da violência.

Por fim, no terceiro tipo, a legislação simbólica serve para adiar a resolução de conflitos sociais transferindo sua solução para um momento político mais adequado, ainda que indeterminado, ou seja, legislando sem promover os meios para concretizar a norma. Segundo Neves (1994) embora as divergências dos diversos grupos políticos não sejam resolvidas através da norma proposta, ela é aprovada em consenso, justamente porque está prevista sua ineficácia. Assim, é produzida uma norma com dispositivos dificilmente aplicados, fruto de um acordo político para postergar a solução, levando ao povo a ilusão de que a matéria está sendo devidamente regulamentada. Por exemplo: norma que trata da punição e da retirada de ambulantes de determinado local sem definir a data do início ou do término da operação, postergando indefinidamente sua aplicação. Ou seja, a norma prevê a punição dos ilegais e acalma os ânimos dos comerciantes legalizados mas não prevê a sua execução, garantindo assim a sua ineficácia e o adiamento da solução do conflito.

Ressaltamos que em todos os três tipos, a legislação simbólica “aponta para o domínio, ou mesmo hipertrofia, no que se refere ao sistema jurídico, da função simbólica da atividade legiferante e do seu produto, a lei, sobretudo em detrimento da função jurídico-normativa” (NEVES, 1994, p. 32).

Existem outras características das proposições simbólicas, vejamos: a) Quanto à relevância: possui mais relevância política que jurídica; b) Quanto à eficácia: segundo Neves (1994) é ineficaz ou sem eficácia prática por falta de vigência social; c) Quanto ao impacto social e territorial: em geral, principalmente quando honorífica, atinge indivíduos ou grupos específicos (sociais ou profissionais) de determinadas regiões ou localidades. d) Quanto ao seu efeito: geralmente é neutro, ou seja, não traz ônus ou bônus social; e) Quanto ao tema: freqüentemente honorífico; f) Quanto ao objetivo e conteúdo: seu objetivo é político e seu conteúdo voltado para confirmar valores sociais, demonstrar a capacidade de ação do Estado ou adiar a solução de conflitos.

Já os efeitos das normas simbólicas podem ser: a) Sobre os cidadãos: a aparente normatização leva ao povo uma sensação de tranqüilidade em decorrência da pronta ação do Estado na solução de crises. Porém, sua ineficácia pode levar à descrença do parlamento. b) Sobre o sistema político: a norma alivia o parlamento das pressões sociais; c) Sobre o ordenamento jurídico: pouco representam normativamente, no entanto provocam o seu inflacionamento; d) Sobre os trabalhos da Casa: causam o saturamento dos órgãos legislativos com proposições que pouco representam socialmente.

Um dado relevante é que em virtude da presença da legislação simbólica no legislativo Federal (e mais ainda no Estadual), a maioria dos autores que pesquisam a produção legislativa brasileira, como Paolo Ricci e Amorim Neto e Santos, o fazem apenas sobre a legislação considerada “relevante” ou “complexa”, significando todas aquelas normas propostas e aprovadas exceto as de natureza clientelística e/ou de baixo impacto, ou seja, as proposições simbólicas. Elas são eliminadas para evitar que um parlamento, quando avaliado quantitativamente, seja considerado altamente produtivo porque “detém um mero predomínio quantitativo no processo legiferante [...] oriundo basicamente do inflacionamento de proposições do tipo ‘homenagens e utilidade pública’.” (BRAGA, 2006, p. 8).

As Leis simbólicas e a inflação legislativa

A hipertrofia do sistema jurídico brasileiro é conseqüência da rapidez com que novas leis são editadas no país, colaborando para a existência de um “caos legislativo”. Coexistem

ao mesmo tempo leis que inovam assegurando direitos ou solucionando conflitos com leis ineficazes que podem ser consideradas inúteis. Segundo Afonso da Silva (2006), o objetivo precípua da lei é buscar a justiça social, devendo sair do universo normativo e interferir na realidade social. As leis simbólicas não atingem tal objetivo, porém contribuem para o aumento deste caos jurídico.

A cada legislatura os parlamentares apresentam propostas em muitos casos absurdas, instituindo novas datas comemorativas, denominações de bens públicos, heróis nacionais e padroeiros, entre outras “inovações”. Assim nascem as leis que pouco influenciam na resolução de problemas sociais, e que por fim, “não pegam”. São exemplos de inovações jurídicas de importância questionável:

- a) leis que instituem datas comemorativas como o dia do sono, da verdade, da esperança, do saci, ou dia nacional de determinada classe profissional;
- b) leis que inscrevem nomes considerados ilustres no Livro dos Heróis da Pátria, (livro de aço depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, no qual serão gravados para a eternidade nomes que contribuíram para a construção de um país livre);
- c) leis que declaram personalidades como patronos ou patronesses de diversas áreas ou as que pretendem declarar santos católicos como padroeiros de determinadas categorias profissionais ;
- d) leis que pretendem dispor sobre selos comemorativos, medalhas de mérito, prêmios ou outras formas de homenagens;
- e) leis que dispõem sobre símbolos nacionais, bebidas oficiais, etc.;
- f) leis que conferem títulos à cidades;
- g) leis que denominam rodovias, aeroportos, viadutos, e outros bens públicos, etc.

Todos os exemplos citados representam leis simbólicas que ou servem para confirmar valores sociais ou servem como álibis da ação legiferante do parlamentar ou do Estado, pois o limiar que separa uma intenção de outra é muito tênue, e ao final, o que importa na função simbólica é manter um nível de tranquilidade social. São leis que têm por prioridade precípua demonstrar a atuação do parlamentar e aumentar o quantitativo da sua produção legislativa,

sendo irrelevante a sua eficácia social, a sua atuação jurídica. Apenas existem no papel, inexistem de fato.

Diga-se, *en passant*, que o produto do Poder Legislativo, atribuindo denominação a bens públicos, não pode sequer ser considerado lei, em sentido estrito, pois que não detêm a **abstração** e a **generalidade**, características imprescindíveis. É na verdade, lei somente **em caráter formal, lei de efeito concreto**, que de lei só tem mesmo o nome, transitando mais no campo do **ato administrativo material**, pois que se esgota no momento exato em que editada. (RAAD, 2005, p. 9).

O resultado jurídico de uma lei simbólica talvez não justifique os gastos envolvidos com o seu trâmite, ao contrário, justifique uma urgente reforma no processo legislativo de forma a torná-lo mais célere e eficiente.

No entanto, é preciso buscar um legislativo que ainda que legisle menos, legisle melhor. Uma vez que a eficiência legislativa não se mede pelo volume de leis e sim pela qualidade das mesmas e o objetivo do Congresso não deverá ser somente produzi-las, e sim, garantir a proteção dos direitos dos cidadãos; então precisamos de um parlamento que priorize a tramitação de proposições relevantes ou complexas ao invés de ocupar sua pauta com a discussão em torno das que se destacam pela originalidade ou pela matéria inusitada. “Individualmente, no entanto, cada parlamentar ganha mais se os outros forem comedidos e ele não. Portanto, não há incentivo individual para o comedimento.” (LIMONGI, 1996, p. 46).

Analisando os 2858 projetos de lei apresentados e distribuídos na Câmara dos Deputados em 2003, constatamos que 2709 foram propostos por deputados, nosso universo de estudo. Poderemos constatar inicialmente a presença de 147 proposições (5%) classificadas de imediato como simbólicas conforme outros autores que estudaram o tema. São projetos de lei que propõem datas e outros eventos comemorativos, homenagens, denominação de próprios públicos, instituição de símbolos oficiais e títulos nacionais, criação de selos e medalhas, entre outros. Vale ressaltar que alguns parlamentares nem mesmo primam pela originalidade, propondo projetos idênticos ao de outro colega. Vejamos os números coletados:

Tabela 3: Projetos de lei com conteúdo simbólico, conforme o tema, dentre os 2709 apresentados por Deputados:

Tema	Total de Pls
Datas, anos, semanas comemorativas, dias nacionais, feriados, etc.	82
Selos e medalhas comemorativas	05
Denominação de obras, logradouros, serviços, monumentos públicos	26
Declaração de títulos	04
Símbolos nacionais	07
Inscrição de personalidades no livro dos Heróis da Pátria	17
Patronos, patronesses, padroeiros	06
Total	147 5,4% dos 2709 projetos

Analisando os dados da tabela 3 verificamos que cerca de 5% do que é proposto por Deputados apresenta conteúdo automaticamente considerado simbólico, por se tratar de homenagens em geral. No entanto, veremos na tabela seguinte o real impacto das normas simbólicas sobre a produção legislativa da Câmara dos Deputados.

Tabela 4: A produção legal de normas simbólicas na Câmara dos Deputados.

Total de Projetos de iniciativa de Deputados em 2003	2709
Total de Projetos com conteúdo simbólico	147 ou 5,4%
Total de Projetos com conteúdo simbólico transformados em Normas jurídicas até o final da legislatura em 2006	14 em 147 ou 9,5%
Total de Projetos de lei de qualquer iniciativa transformados em Normas jurídicas	64 em 2858 ou 2,2%
Total de Projetos de iniciativa de deputados transformados em Leis	30 em 64 ou 22%
Porcentagem de Leis simbólicas dentre as originadas de deputados	14 em 30 ou 46,6%

Fonte: Sileg

Analisando a tabela 4 veremos que Projetos sobre dias comemorativos e denominação de obras representaram 22% da produção legislativa da Câmara dos Deputados originada em 2003 a partir de qualquer agente legiferante. No entanto, representaram o significativo percentual de cerca de 47% da produção normativa da Câmara a partir de projetos de iniciativa de Deputados em 2003.

Vejamos na tabela seguinte a relação de tais projetos simbólicos que tornaram-se normas jurídicas:

Tabela 5: Relação das novas leis simbólicas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro.

	PL	Autor	Ementa
1.	177/03	Romel Anizio PPB/MG	Denomina “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves” a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul
2.	192/03	Mauricio Rabelo PL/TO	Institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher. Nova Ementa da Redação Final: Institui o ano de 2006 como Ano da Mulher.
3.	378/03	Laura Carneiro PFL/RJ	Declara Patrono da Geografia Nacional o geógrafo MILTON SANTOS.
4.	392/03	Murilo Zauith PFL/MS	Denomina “Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.
5.	834/03	Takayama PSB/PR	Institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa
6.	856/03	Roberto Gouveia PT/SP	Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.
7.	953/03	Lobbe Neto PSDB/SP	Institui o “Dia Nacional do Biomédico”.
8.	955/03	Elimar Maximo Damasceno PRONA/SP	Inscrive o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.
9.	1138/03	Marinha Raupp PMDB/RO	Acrescenta o nome do Professor Milton Santos à atual denominação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE
10.	1426/03	Rogério Silva PPS/MT	Institui o ano de 2005 como Ano do Turismo. Ementa Redação Final: Institui o ano de 2006 como Ano do Turismo.
11.	1638/03	Eliseu Padilha PMDB/RS	Denomina "Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco" a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.Despacho: (Art. 54 RICD) - Art. 24II
12.	1747/03	Antonio Carlos Magalhães Neto PFL/BA	Institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza.
13.	1923/03	Beto Albuquerque PSB/RS	Confere ao município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”.
14.	2487/03	Vanessa Grazziotin PCdoB/AM	Institui o dia 03 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e a Biopirataria.

Fonte: Sileg

Ou seja, concluímos que da iniciativa dos Deputados Federais em 2003 originaram-se 30 novas leis em vigor: seis (6) instituindo novas datas comemorativas, cinco (5) denominando obras ou órgãos públicos, uma (1) declarando um novo patrono, uma (1) incluindo um nome no Livro dos Heróis da Pátria e por fim, uma (1) declarando título de cidade.

Outras proposições que também cumpriram uma função simbólica

Ainda pesquisando acerca das 2709 proposições apresentadas por deputados em 2003, verificamos outras proposições cujas matérias dificilmente seriam enquadradas como simbólicas, mas, que por sua vez, tiveram tramitações desnecessárias que cumpriram meramente tal função, ou seja, a de apenas ser quantificada, ou divulgada, sem modificar o sistema jurídico ou solucionar conflitos sociais. São proposições que apenas oneraram o parlamento e os trabalhos legislativos uma vez que se encaixam em situações que poderiam ter sido previamente evitadas, sendo todas exemplos de projetos de lei que serviram como álibi da atuação parlamentar, apenas.

São aquelas similares ou idênticas a outras já em trâmite e de mesma autoria, as com matéria já prejudicada, as devolvidas ao autor por não atenderem aos requisitos básicos, as retiradas pelo autor, as com matérias declaradas inconstitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça, aquelas julgadas inadequadas pela Comissão de Finanças e Tributação por ampliar ou conceder benefícios sem atender às condições exigidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, e também as proposições cuja iniciativa pertenceria a outro agente competente e não ao parlamentar.

Tabela 6: Proposições que tiveram uma existência meramente simbólica em decorrência de uma tramitação desnecessária e evitável.

Proposição	Última ação	Base Legal	Total
Qualquer proposição em trâmite	Retirada pelo autor:	Art. 104 do RI	77
A que não estiver devidamente formalizada ou em termos, a idêntica a outra já em tramitação, a que contrariar dispositivos constitucionais.	Devolvida ao autor:	Artigo 137 do RI	39
A que instituir no âmbito municipal Distritos Agropecuários. Vício de iniciativa	Declarada prejudicada	Decisão de 30 março 2004 da CCJR c/c art. 163 e 164 do RI	129

Proposição	Última ação	Base Legal	Total
A que incluir disciplinas no currículo da Rede de Ensino é inconstitucional.	Declarada prejudicada	Súmula de Recomendação aos Relatores n. 1 de 2001 da CEC Vício de iniciativa.	
A que dispor sobre a instalação de sanitários e bebedouros públicos em bancos ou órgãos públicos de todo o país,	Idem	Decisão da CCJR sobre o Projeto de Lei n.º 4.087, de 1998, do Dep. ÊNIO BACCI. É inconstitucional	
A que dispor sobre a criação de estabelecimento de ensino.	Idem	SUM 1/ 1994 da CCJR. Fundamento: art. 61, § 1º, II e 84, VI e 207 da CF. Vício de iniciativa:	
A que autorizar o Poder Executivo a tomar providência que é de sua competência privativa.	Idem	SUM – 1/1994 da CCJR: Fundada no § 1º do art. 61 /CF. Vício de iniciativa	
A que instituir dia nacional de classe profissional é injurídica.	Idem	SUM- 4/1994 da CCJR: Fundada no:§ 2º do art. 215 /CF.	
A que declarar utilidade pública de associação, sociedade, entidade, fundação ou instituição.	Idem	SUM-. 2 /1994 da CCJR: – Fundamento: § 1º do art. 61/ CF. É inconstitucional e injurídico	
A que criar fundos com recursos da União, sem vir acompanhada da estimativa de impacto orçamentário financeiro ou não atender à outras exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Rejeitada pela CFT.	art. 14 da Lei Complementar n.º101/ 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. É inadequada	95
A que conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária, com renúncia de receitas sem vir acompanhada da estimativa de impacto orçamentário financeiro	Idem	Art. 14 da Lei Complementar n.º. 101/2000 – LRF. É inadequada	
A que criar, expandir ou aperfeiçoar ação governamental que acarrete aumento da despesa sem vir acompanhada da estimativa de impacto orçamentário financeiro	Idem	Art. 16 da Lei Complementar n.101/2000 – LRF. É inadequada	
A que criar ou aumentar despesa obrigatória de caráter continuado,(...) que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, sem demonstrar a origem dos recursos para o custeio.	Idem	Art.17 da Lei Complementar n.101/2000 – LRF. É inadequada	
A que aplicar as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio (...) em: I – títulos da dívida pública estadual e municipal(...) II – empréstimos, de qualquer natureza (...)	Idem	Art. 43 da Lei Complementar n.101/2000 – LRF. É inadequada	
Total			340

Os dados da tabela 6 demonstram que 340 proposições apresentadas em 2003 por deputados tramitaram desnecessariamente e poderiam ter tido sua tramitação evitada em várias fases:

- Apresentação: através da análise pelo autor da sua oportunidade, da adequação ou viabilidade da matéria;
- Numeração e distribuição pela Mesa: através da ação do Presidente da Casa, que segundo o art. 137 do RI, é o agente competente para promover a devolução da matéria indevidamente formalizada, ou alheia à competência da Casa e também a matéria evidentemente inconstitucional ou anti-regimental,
- Tramitação: através de despacho do Presidente, que conforme o art. 164 do RI é competente para declarar a prejudicialidade de matéria que já perdeu a oportunidade ou que já possui prejulgamento pelo Plenário ou Comissão em outra deliberação;
- Apreciação pelas Comissões: também através do art. 164 do RI, rejeitando a proposição e declarando a sua prejudicialidade.

No entanto, verificamos constantemente que tais agentes competentes permitem apreciações desnecessárias sobre matérias fadadas ao arquivo ao invés de utilizarem os instrumentos regimentais criados para dar celeridade ao processo. Tal atitude pode ser exemplificada através da citação abaixo, da Deputada Neyde Aparecida, titular da Comissão de Educação e Cultura, em seu parecer sobre o PL n. 4023, de 2004 ao qual encontrava-se apensado o PL n. 2612, de 2003 cuja matéria é considerada inconstitucional por vício de iniciativa.

Quanto ao possível conflito com art. 61 da Constituição, a redução do número de detalhes, com apresentação de substitutivo de caráter geral, não elimina vício de iniciativa da proposição. Por isto a apresentação do substitutivo é, no caso, inócua.

Não é, porém, função da Comissão de Educação e Cultura, a discussão de matéria constitucional, atribuição da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A Comissão de Educação e Cultura é comissão de mérito.
(grifo nosso)

[...] Por esses motivos, nosso parecer é favorável ao projeto de lei principal e aos apensados, mas nos termos do substitutivo em anexo. (DEP. NEYDE APARECIDA, 2006, p.3)

Para obtermos um número que represente o universo de proposições que tramitaram pela Câmara dos Deputados em 2003 com função simbólica, (conteúdo ou trâmite), somaremos os dois resultados obtidos, ou seja, o número total de projetos de lei com matéria classificada como simbólica e o número total daquelas cuja tramitação foi desnecessária e cumpriu a mesma função.

Tabela 7: O total de projetos de lei que tramitaram com função simbólica dentre os apresentados pelos deputados em 2003

Tipo	Total	% em 2709 projetos de lei
Proposições com matéria simbólica	147	5,4%
Proposições com trâmite desnecessário	340	12,5
Total	487	18%

Fonte: Sileg

Através da tabela 7 percebemos então que 487 projetos (18%) apresentados em 2003 por deputados cumpriram meramente objetivos simbólicos em seu conteúdo ou em sua tramitação desnecessária e serviram para: confirmar valores sociais dos parlamentares, funcionarem como álibis de sua atuação legislativa ou como aparente solução de um conflito sem que realmente sejam promovidos os meios para garantir a sua efetividade.

CONCLUSÃO

Antes das conclusões, torna-se necessário sintetizar todos os dados encontrados anteriormente para obtermos uma visão realística dos trabalhos dos parlamentares e da produção legislativa da Câmara dos Deputados.

Vejamos:

- Dos **2858** projetos de lei apresentados em 2003 na Casa, **2709** projetos ou cerca de 95% originaram-se da iniciativa dos Deputados. (Gráfico 1)
- Dentre os **2709** projetos propostos por Deputados, **147** ou 5,4% apresentavam conteúdo simbólico (datas comemorativas, denominações de obras, patronos, homenagens, inclusão no livro dos heróis, instituição de selos e medalhas, etc.). (Gráficos 2 e 3)
- Ainda dentre os **2709** projetos de Deputados, **340** ou 12,5% tiveram uma tramitação desnecessária uma vez que já eram de antemão inconstitucionais, injurídicos ou inadequados, sendo fadados ao arquivamento, além daqueles que tiveram sua tramitação interrompida, pois foram retirados pelo autor ou devolvidos a ele pela Mesa. (Gráfico 4)
- Somando-se aos projetos com conteúdo simbólico os demais cuja tramitação foi desnecessária encontramos **487** projetos ou 18% do total apresentado por Deputados. (Gráfico 5)
- Apenas **64** projetos de lei ou 2,2% do total de **2858** projetos apresentados transformaram-se em Normas Jurídicas e dentre elas, apenas **30** ou 1 % eram provenientes da iniciativa de Deputados. (Gráficos 6 e 7)
- **Das 30 novas Leis originadas de Deputados, 14 normas, ou cerca de 47%, possuem conteúdo simbólico e inovaram o ordenamento jurídico brasileiro da seguinte forma: 6 novas Datas comemorativas, 5 novas Denominações de obras e órgãos públicos, 1**

novo Patrono, 1 nova inscrição no livro dos Heróis da Pátria e 1 nova Titulação a cidade brasileira. (Gráficos 8 e 9).

Através da análise dos dados citados pode-se averiguar se os trabalhos da Câmara dos Deputados sugerem produção ou inflação legislativa.

Vejamos:

- Percebe-se que através do enorme quantitativo de projetos de lei, que a Casa permite de forma irrestrita a apresentação dos mesmos, confiando no uso posterior de instrumentos regimentais que avaliem a inconstitucionalidade, injuridicidade, ou a sua prejudicialidade com a finalidade de evitar a tramitação desnecessária dessas matérias. No entanto, os agentes competentes para fazerem uso de tais instrumentos (Presidência da Casa e das Comissões) não o fazem de forma eficaz, deixando o processo transcorrer e onerando desta forma o próprio trabalho legislativo, comprometido em grande parte com proposições que terminarão arquivadas.
- Nota-se que as Comissões não trabalham em ritmo de colaboração mútua com objetivo de dar celeridade ao processo e evitar deliberações desnecessárias. Assim, algumas aprovam projetos que já são considerados inconstitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça, alegando que a análise prévia da constitucionalidade não é função da Comissão de mérito, afrontando o próprio Regimento que prevê a declaração de prejudicialidade de ofício pelo Presidente da Comissão em razão da matéria haver perdido a oportunidade ou já haver sido prejudicada em outra Comissão ou no Plenário. Ou seja, agindo assim colaboram com o aumento da demanda de seus trabalhos e prejudicam, pela falta de tempo, a tramitação de outras matérias que mereceriam uma discussão mais cuidadosa.
- Verifica-se que os parlamentares só agem em conjunto se o assunto for de interesse da agenda do governo, conforme a orientação da liderança. Fora a necessidade de parecerem disciplinados, não possuem um objetivo em comum visando apenas o interesse da sociedade, objetivo que possa ultrapassar os mandatos e as legislaturas, em prol do povo brasileiro. Tampouco conseguem efetivar as suas estratégias individualistas, uma vez que dificilmente conseguem ultrapassar a fase de apresentação, em decorrência da falta de influência do seu autor ou pela irrelevância da matéria.

- Também verifica-se que para muitos parlamentares é o bastante a divulgação de sua atuação perante seus redutos eleitorais, por isso a apresentação de proposições simbólicas que servem apenas para fazer número, e quando muito, se sancionadas, destinam-se apenas a homenagear alguém ou algum setor da sociedade.
- É baixa a taxa de representatividade da Câmara dos Deputados na inovação legal do país, pois apenas 1,1% dos seus projetos apresentados em 2003 foram sancionados até o final da legislatura em 2006. Assim, verificamos que praticamente a produção legislativa da Casa é ínfima apesar da impressão de legisladora atuante transmitida pelo enorme número de projetos de lei propostos.
- É alta a taxa de leis simbólicas transformadas em normas jurídicas. Assim, verificamos que apesar de representarem inicialmente o inofensivo percentual de 5,4% no total de projetos apresentados por Deputados em 2003, ao final, simbolizam o significativo percentual de 47% da produção legislativa da Câmara Federal originada de tais projetos.

Foram identificados ainda, os vários fatores que causam efeitos negativos sobre os trabalhos legislativos, tais como:

- A influência do Poder Executivo sobre os trabalhos da Câmara ditando o momento e a matéria a ser deliberada e impedindo-a de ter uma agenda legislativa própria e comum a todos os seus membros;
- A centralização das decisões do Poder Legislativo nas mãos da Presidência da Casa e dos Líderes dos partidos, delegando às Comissões e aos demais membros um papel secundário nos trabalhos legislativos;
- A falta de objetivos legislativos coletivos e de longo prazo que ultrapassem mandatos e legislaturas e que possam agregar o esforço conjunto dos parlamentares diminuindo a quantidade de projetos individualistas;
- A ausência de um efetivo controle da constitucionalidade, juridicidade e adequação da matéria através do uso eficaz dos instrumentos regimentais à disposição da Presidência da Casa, como a devolução ao autor e a declaração de prejudicialidade, evitando o desgaste desnecessário dos demais órgãos em torno de matérias fadadas ao arquivo;

Assim, concluímos que grande parte da atuação legiferante da Câmara dos Deputados apenas atinge objetivos relacionados à divulgação da intenção, dos valores ou da afinidade do legislador com as preocupações de seu eleitorado, eximindo-o da inoperância legislativa e contribuindo para o inflacionamento do ordenamento jurídico brasileiro; ou seja, na prática a atuação legiferante não atinge de forma eficaz os objetivos esperados pelos grupos sociais, pois são Leis simbólicas ou “(...) leyes hechas para no ser cumplidas, o bien para no producir los efectos declarados. (ATIENZA, 1989, p. 23-24).

Concluímos ainda, que torna-se necessária uma conscientização maior do Parlamento em torno de produtos legislativos de qualidade, pois o Poder Legislativo não deve ser avaliado pela quantidade de projetos propostos ou aprovados e sim pela produção de leis melhores, realmente relevantes e necessárias, uma vez que: **“as leis inúteis enfraquecem as leis úteis”** (Montesquieu).

ANEXO I

Gráfico 1: A autoria dos Projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados em 2003.

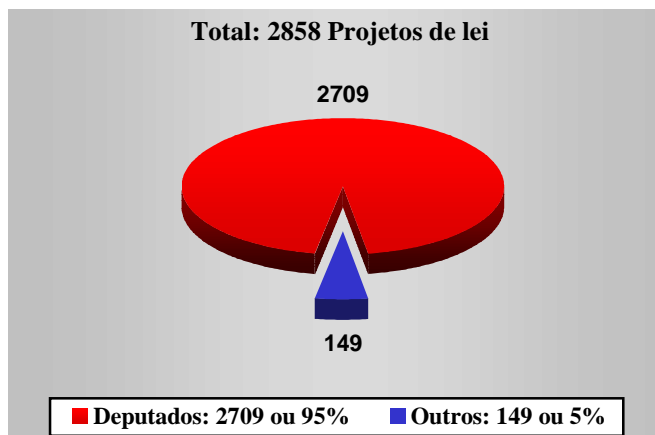


Gráfico 2: O conteúdo dos 2709 Projetos de lei apresentados por deputados em 2003.

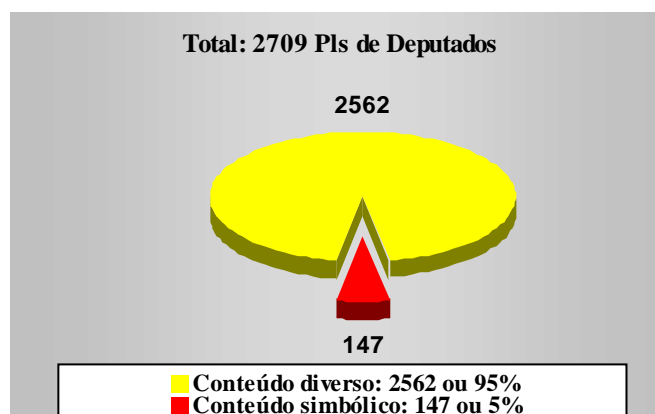


Gráfico 3: A temática simbólica dos 147 Projetos de Lei propostos por deputados em 2003.

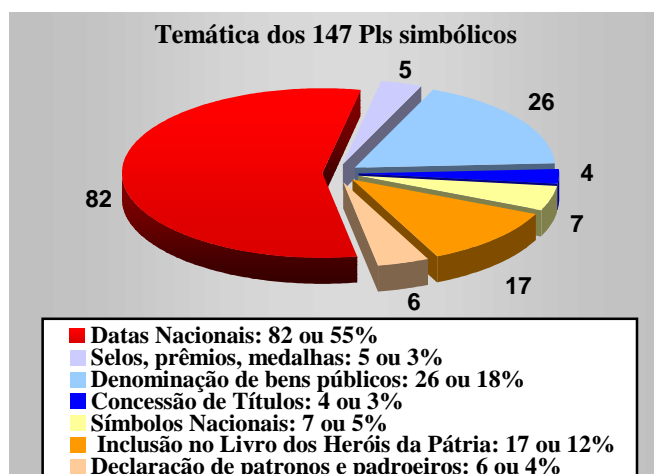


Gráfico 4: O total de Projetos de lei que tiveram trâmite simbólico ou desnecessário após apresentados

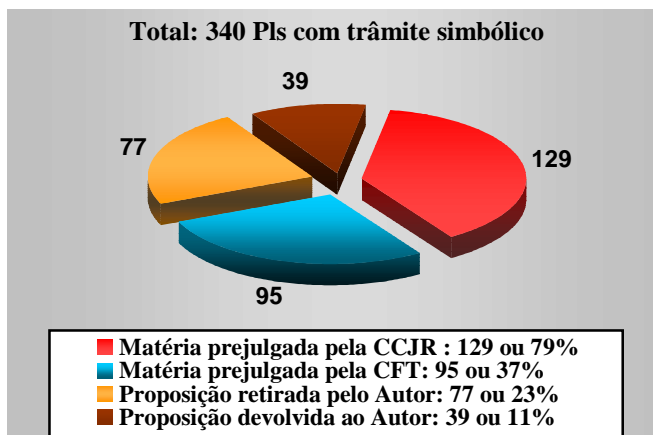


Gráfico 5: O total da produção simbólica dos Deputados .

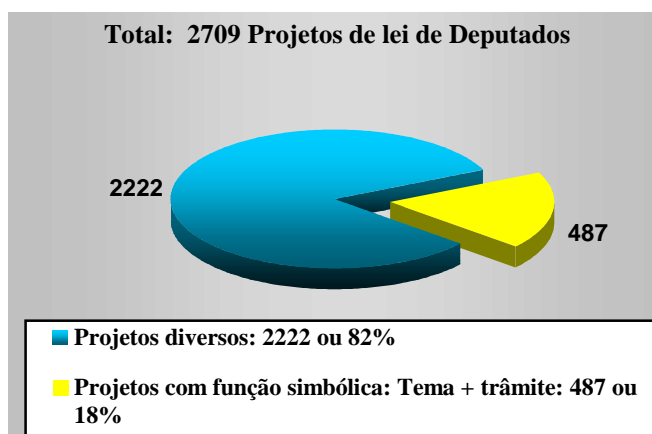


Gráfico 6: O total de Projetos de lei de 2003 transformados em Normas jurídicas

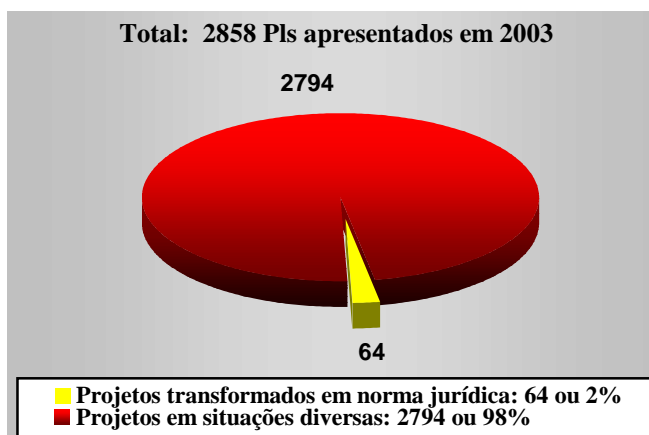


Gráfico 7: A atuação legiferante dos Deputados em 2003.

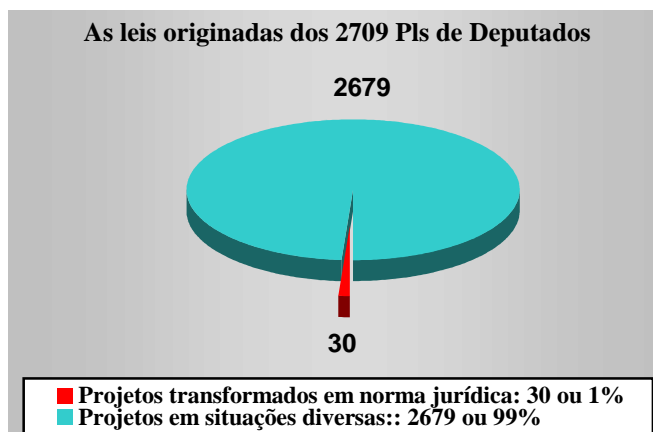


Gráfico 8: O impacto das leis de conteúdo simbólico na atuação legiferante dos deputados:

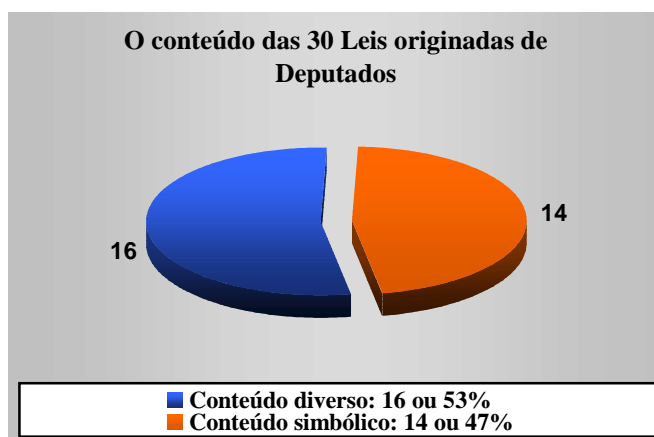
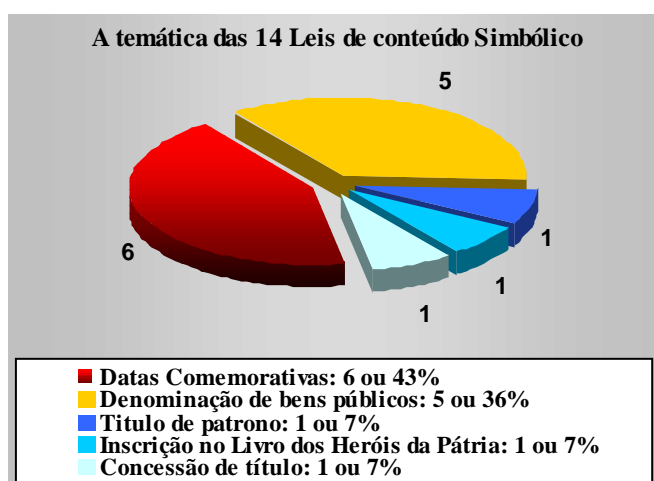


Gráfico 9: A temática das leis simbólicas originadas de Projetos de lei apresentados por deputados em 2003.



ANEXO II

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
1.	31/03	Bismarck Maia PSDB/CE	Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do Dia Nacional do Turismo.	Arquivada ao final da legislatura
2.	33/03	Bismarck Maia PSDB /CE	Institui o Dia do Guia de Turismo.	Arquivada ao final da legislatura
3.	152/03	Maurício Rabelo PL/TO	Institui o Dia Nacional dos Catadores e Seleccionadores de Lixo.	Arquivada ao final da legislatura
4.	153/03	Maurício Rabelo PL/TO	Institui o Dia do Peão de Rodeio.	Rejeitada e Arquivada
5.	163/03	Inocêncio Oliveira PL/PE	Dá denominação a viadutos da BR-232, localizados no perímetro urbano da cidade de Bezerros, no Estado de Pernambuco.	Arquivada ao final da legislatura
6.	172/03	Salvador Zimbaldi PSDB/SP	Institui o dia 12 de Outubro de cada ano, dia de Nossa Senhora Aparecida, como "Dia da Padroeira do Brasil", feriado nacional.	Rejeitada e Arquivada
7.	177/03	Romel Anizio PPB/MG	Denomina "Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves" a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul	Transformada em Norma Jurídica
8.	186/03	Maurício Rabelo PL/TO	Institui o Dia Nacional do Cozinheiro.	Arquivada ao final da legislatura
9.	192/03	Mauricio Rabelo PL/TO	Institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher. Nova Ementa da Redação Final: Institui o ano de 2006 como Ano da Mulher.	Transformada em Norma Jurídica
10.	250/03	Alberto Fraga PMDB/DF	Institui na República Federativa do Brasil a data de 13 de maio como sendo o dia da Polícia Militar.	Arquivada ao final da legislatura
11.	271/03	Lobbe Neto PSDB/SP	Dá nova denominação à Reserva Federal que especifica.	Arquivada ao final da legislatura
12.	297/03	Alice Portugal PCdoB/BA	Institui o dia 02 de julho como data histórica no calendário das efemérides nacionais e concede a denominação "Aeroporto Internacional de Salvador - Dois de Julho" ao aeroporto internacional de Salvador.	Arquivada ao final da legislatura
13.	378/03	Laura Carneiro PFL/RJ	Declara Patrono da Geografia Nacional o geógrafo MILTON SANTOS.	Transformada em Norma Jurídica
14.	379/03	Laura Carneiro PFL/RJ	Institui o Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual.	Aguarda apreciação de recurso
15.	392/03	Murilo Zauith PFL/MS	Denomina "Rodovia Alfeo Almeida Velozo" o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.	Transformada em Norma Jurídica
16.	481/03	Carlos Nader PL/RJ	Modifica o inciso III do art. 8º da Lei nº. 5.700 de 1º de setembro de 1971. Substituindo o ramo de fumo pelo de guaraná.	Arquivada ao final da legislatura
17.	548/03	Wladimir Costa PMDB/PA	Declara Nossa Senhora de Nazaré padroeira da Amazônia.	Arquivada ao final da legislatura

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
18.	562/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
19.	585/03	Maria Do Rosário PT/RS	Dispõe sobre a denominação do Aeroporto Federal de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul para Aeroporto Federal Gaudêncio Machado Ramos.	Arquivada ao final da legislatura
20.	608/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Acrescenta artigo à Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
21.	620/03	Colbert Martins PPS/BA	Revigora a Lei nº. 2.689, de 20 de Dezembro de 1955, e dá outras providências. Explicação: Revigorando a lei que denomina "Dois de Julho" o aeroporto internacional de Salvador; revogando a lei que o denomina, atualmente, "Deputado Luís Eduardo Magalhães".	Arquivada ao final da legislatura
22.	641/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, no Livro dos Heróis da Pátria.	Rejeitada e Arquivada
23.	661/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome do Marechal Eduardo Gomes no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
24.	662/03	Antonio Nogueira PT/AP	Institui o Ano e o Dia Nacional de Combate à Violência Praticada à Pessoa Humana.	Arquivada ao final da legislatura
25.	711/03	Lobbe Neto PSDB/SP	Institui o "Dia da Araucária"	Arquivada ao final da legislatura
26.	759/03	Maria do Rosário PT/RS	Institui o Dia Nacional da Cultura de Paz nas escolas públicas e privadas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
27.	762/03	João Batista PFL/SP	Institui anualmente a Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Colo do Útero e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
28.	774/03	Marcelo Castro - PMDB /PI	Dispõe sobre o adiamento de feriados. Explicação da Ementa: Dispondo que serão comemorados por adiamento, nas sextas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana.	Arquivada ao final da legislatura
29.	799/03	Nelson Marquezelli PTB/SP	Declara o Suco de Laranja como bebida oficial nas recepções, eventos e festas promovidas pelo Governo Brasileiro.	Arquivada ao final da legislatura
30.	807/03	Feu Rosa PP/ES	Institui o Dia Nacional do Escrivão de Polícia.	Arquivada ao final da legislatura
31.	810/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome do Padre de Anchieta no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
32.	819/03	Sandes Júnior PPB/GO	Ementa: Denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, desde a cidade de Cáceres - MS até a fronteira com a Venezuela. Despacho: (Art. 54) - Art. 24, II. Nova ementa da redação final; Denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.	Aguardando Retorno do Senado Federal

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
33.	828/03	Vanessa Grazziotin PCdoB/AM	Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do "Soldado da Borracha".	Arquivada ao final da legislatura
34.	834/03	Takayama PSB/PR E Outros	Institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa	Transformada em Norma Jurídica
35.	847/03	Eduardo Cunha - PPB /RJ	Acrescenta o art. 3º à Lei nº. 9.093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre feriados. Explicação da Ementa: Transferindo para o sábado a comemoração dos feriados estaduais e religiosos.	Arquivada ao final da legislatura
36.	856/03	Roberto Gouveia PT/SP	Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.	Transformada em Norma Jurídica
37.	858/03	Humberto Michiles PL/AM	Dispõe sobre a instituição do ano de 2004 como o Ano do Magistério.	Arquivada ao final da legislatura
38.	892/03	Zico Bronzeado PT/AC	A BR – 317 fica denominada "RODOVIA WILSON PINHEIRO".	Arquivada ao final da legislatura
39.	906/03	Lincoln Portela PL/MG	Institui a "Semana de Orientação quanto às doenças sexualmente transmissíveis - DST's".	Arquivada ao final da legislatura
40.	922/03	Davi Alcolumbre PDT/AP	Denomina "Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá. Despacho: (Art. 54) - Art. 24, II	Aguardando Retorno do Senado Federal
41.	942/03	Gastão Vieira PMDB/MA	Institui a data de 28 de julho de 1823 como data de adesão do Maranhão à Independência do Brasil.	Arquivada ao final da legislatura
42.	953/03	Lobbe Neto PSDB/SP	Institui o "Dia Nacional do Biomédico".	Transformada em Norma Jurídica
43.	954/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscrive o nome do Brigadeiro - Honorário do Exército José Vieira Couto de Magalhães no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
44.	955/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscrive o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.	Transformada em Norma Jurídica
45.	1021/03	Vicentinho PT/SP	Modifica o "Dia do Trabalho" para " Dia dos Trabalhadores".	Arquivada ao final da legislatura
46.	1039/03	Ricardo Izar PTB/SP	Institui o Dia do Capelão.	Arquivada ao final da legislatura
47.	1065/03	Wladimir Costa PMDB/PA	Declara São Severino padroeiro dos Parlamentares	Rejeitada e Arquivada
48.	1069/03	Roberto Pessoa PFL/CE	Declara Padre Cícero Romão Batista Patrono do Banco do Estado do Ceará - BEC.	Arquivada ao final da legislatura
49.	1073/03	Pastor Francisco Olimpio PSB/PE	Altera a redação da Lei nº. 5.700, de 1 de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais". Explicação da Ementa: Substituindo o ramo de fumo florido pelo de uma espiga de trigo na representação das Armas Nacionais.	Arquivada ao final da legislatura

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
50.	1096/03	Bernardo Ariston PMDB/RJ	Institui o Dia 5 de abril como o "Dia Nacional do Samba."	Arquivada ao final da legislatura
51.	1104/03	Inaldo Leitão PSDB/PB	Denomina "Desembargador Evandro de Souza Neves" o Fórum Eleitoral de Campina Grande	Retirada à pedido e Arquivada
52.	1106/03	Givaldo Carimbão PSB/AL	Institui o "Dia Nacional do Conselheiro Tutelar".	Aguarda Retorno do Senado Federal
53.	1107/03	Inaldo Leitão PSDB/PB	Denomina "Desembargador José Martinho Lisboa" o Fórum Eleitoral de João Pessoa	Retirada à pedido e Arquivada
54.	1108/03	Inaldo Leitão PSDB/PB	Denomina "Desembargador Simão Fernandes Cardoso Cananéa" o Núcleo de Apoio Técnico às Urnas Eletrônicas de João Pessoa - NATU I.	Arquivada ao final da legislatura
55.	1109/03	Inaldo Leitão PSDB/PB	Ementa: Denomina "Doutor Ivandro Cunha Lima " o Núcleo de Apoio Técnico às Urnas Eletrônicas - NATU, de Campina Grande	Retirada à pedido e Arquivada
56.	1112/03	Eduardo Campos PSB/PE	Institui o dia 9 de dezembro como o "Dia Nacional do Frevo".	Arquivada ao final da legislatura
57.	1138/03	Marinha Raupp PMDB/RO	Acrescenta o nome do Professor Milton Santos à atual denominação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE	Transformada em Norma Jurídica
58.	1145/03	Luiz Carlos Hauly PSDB/PR	Altera a Lei nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências".Explicação da Ementa: Instituinto um juramento de fidelidade à Nação Brasileira a ser prestado no início das aulas diariamente; obrigando a presença permanente de uma Bandeira Nacional em cada sala de aula.	Arquivada ao final da legislatura
59.	1164/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscrive o nome do General Osório no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
60.	1165/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscrive o nome de Heitor Villa – Lobos no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
61.	1277/03	Reinaldo Betão PL/RJ	Institui o Dia Nacional em Homenagem ao Motociclista.	Arquivada ao final da legislatura
62.	1290/03	Coronel Alves PL/AP	Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
63.	1295/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscrive o nome do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
64.	1300/03	Lobbe Neto PSDB/SP	Institui o Dia Nacional do Desafio.	Arquivada ao final da legislatura
65.	1384/03	Gastão Vieira PMDB/MA	Institui o Ano Nacional do Poeta SOUSÂNDRADE, a ser celebrado em 2004.	Arquivada ao final da legislatura
66.	1385/03	Gastão Vieira PMDB/MA	Institui o Dia da Imigração Portuguesa no Brasil.	Arquivada ao final da legislatura

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
67.	1392/03	Professora Raquel Teixeira PSDB/GO	Institui o Dia do Plano Nacional de Educação.	Arquivada ao final da legislatura
68.	1405/03	Elimar Maximo Damasceno PRONA/SP	Institui o Dia Nacional da Caridade	Retirada à pedido e Arquivada
69.	1406/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome de Ana Néri no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
70.	1407/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome de Carlos Gomes no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
71.	1426/03	Rogério Silva PPS/MT	Institui o ano de 2005 como Ano do Turismo. Ementa Redação Final: Institui o ano de 2006 como Ano do Turismo.	Transformada em Norma Jurídica
72.	1429/03	João Herrmann Neto PDT/SP	Cria o Dia Nacional do Guarda Municipal, a ser comemorado no dia 10 de outubro.	Arquivada ao final da legislatura
73.	1442/03	Luiz Alberto PT/BA	"Determina que o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, seja Feriado Nacional".	Arquivada ao final da legislatura
74.	1494/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome de Osvaldo Cruz no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
75.	1531/03	Medeiros PL/SP	Institui o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes no Trabalho.	Arquivada ao final da legislatura
76.	1533/03	Rubens Otoni PT/GO	Denomina Rodovia Federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060 - Goiânia / Brasília.	Arquivada ao final da legislatura
77.	1579/03	Yeda Crusius PSDB/RS	Institui o Dia Nacional do Acemista.	Arquivada ao final da legislatura
78.	1580/03	Neiva Moreira PDT/MA	Declara Patrono Nacional do Combate à Fome o médico, geógrafo, sociólogo, escritor e político Josué Apolônio de Castro.	Arquivada ao final da legislatura
79.	1588/03	Roberto Pessoa PL/CE	Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 30 de junho como sendo o dia do Fiscal Federal Agropecuário.	Arquivada ao final da legislatura
80.	1604/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome de Vital Brazil no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
81.	1617/03	Vanessa Grazziotin PCDOB/AM	Dispõe sobre a criação de selo comemorativo dos cinquenta anos da implantação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA.	Arquivada ao final da legislatura
82.	1623/03	Moacir Micheletto PMDB/PR	Institui o Dia Nacional da Câmara Júnior.	Arquivada ao final da legislatura
83.	1626/03	Sandes Júnior PP/GO	Altera a Lei nº. 6.454, de 24 de outubro de 1977, que "dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
84.	1637/03	José Borba PMDB/PR	Institui o Dia Nacional do Serígrafo.	Arquivada ao final da legislatura

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
85.	1638/03	Eliseu Padilha PMDB/RS	Denomina "Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco" a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Despacho: (Art. 54 RICD) - Art. 24II	Transformada em Norma Jurídica
86.	1644/03	José Roberto Arruda PFL/DF	Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário da Congregação das Irmãs da Providência de Gap.	Arquivada ao final da legislatura
87.	1646/03	Valdenor Guedes PP/AP	Determina que 2004 será o Ano Nacional do Saneamento Básico	Prejudicada e Arquivada
88.	1650/03	Marcelo Ortiz PV/SP	Institui o ano de 2004 como ano Nacional Roberto Marinho	Arquivada ao final da legislatura
89.	1728/03	Coronel Alves PL/AP	Institui a Semana Nacional do Idoso.	Arquivada ao final da legislatura
90.	1747/03	Antonio Carlos Magalhães Neto PFL/BA	Institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza.	Transformada em Norma Jurídica
91.	1782/03	Alberto Fraga PMDB/DF	Inscribe o nome de Sérgio Vieira de Mello no "Livro dos Heróis da Pátria".	Arquivada ao final da legislatura
92.	1799/03	Davi Alcolumbre PDT/AP	Inscribe o nome de Sérgio Vieira de Mello no Livro "Heróis da Pátria".	Arquivada ao final da legislatura
93.	1803/03	Paulo Marinho PL/MA	Estabelece, em todo o território nacional, a data de 22 de agosto de cada ano para as comemorações do Dia do Pesquisador.	Arquivada ao final da legislatura
94.	1809/03	Rogério Silva PPS/MT	Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Taxista.	Rejeitada e Arquivada
95.	1826/03	Alberto Fraga PMDB/DF	Institui a Medalha Sérgio Vieira de Mello.	Arquivada ao final da legislatura
96.	1848/03	Marcelo Ortiz PV/SP	Inscribe o nome dos servidores do Centro Técnico Aeroespacial mortos no acidente com VLS 1, na Base de Alcântara, Maranhão, no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da legislatura
97.	1852/03	Fernando Ferro PT/PE	Institui o dia 17 de outubro como o "Dia Nacional da Música Popular Brasileira".	Arquivada ao final da legislatura
98.	1855/03	Zelinda Novaes PFL/BA	Institui o ano de 2006 como o "Ano Nacional do Idoso".	Arquivada ao final da legislatura
99.	1869/03	Lobbe Neto PSDB/SP	Instituiu o "Dia do Pesquisador Brasileiro".	Arquivada ao final da legislatura
100.	1882/03	Davi Alcolumbre PFL/AP	"Institui a data de 22 de agosto, como sendo o Dia Nacional do Pesquisador Brasileiro."	Arquivada ao final da legislatura
101.	1906/03	Humberto Michiles PL/AM	Institui o Dia da Amazônia.	Aguarda Retorno do SF
102.	1923/03	Beto Albuquerque PSB/RS	Confere ao município de Passo Fundo o título de "Capital Nacional da Literatura".	Transformada em Norma Jurídica
103.	1958/03	Wilson Santos PSDB/MT	Denomina "Rodovia André Antônio Maggi" o trecho federal da BR – 364 situado entre os municípios mato-grossenses de Diamantino e Comodoro.	Arquivada ao final da legislatura

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
104.	2000/03	Narcio Rodrigues PSDB/MG	Denomina Rodovia "Joaquim Prata dos Santos" o trecho da Rodovia BR 262 / MG, que vai de Uberaba na BR-050 / MG até a BR-153 / MG (Boa Sorte).	Arquivada ao final da legislatura
105.	2022/03	Professora Raquel Teixeira - PSDB /GO	Estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.	Aguarda Retorno do SF
106.	2062/03	Baba PSOL/PA	Institui o ano de 2004 como Ano da Auditoria e da Moratória da Dívida Externa Brasileira, e dá outras providências.	Rejeitada e Arquivada
107.	2067/03	Adelor Vieira PMDB/SC	Institui na República Federativa do Brasil, o dia 31 de outubro, como sendo o "Dia Nacional da Reforma Protestante".	Arquivada ao final da legislatura
108.	2094/03	Coronel Alves PL/AP	Institui a Medalha do Mérito Cultural "Roberto Marinho" e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
109.	2135/03	Eduardo Seabra PTB/AP	Denomina a BR - 156 Governador JANARY GENTIL NUNES e determina outras providências	Arquivada ao final da legislatura
110.	2137/03	Chico Alencar PSOL/RJ	Institui o dia 2 de outubro como o Dia Nacional do Pacifismo Ativo e pelo Desarmamento.	Aguarda Retorno do SF
111.	2139/03	Coronel Alves PL/AP	Institui a Semana Nacional de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos.	Arquivada ao final da legislatura
112.	2148/03	Coronel Alves PL/AP	Institui o Dia Nacional da doação de sangue	Rejeitada e Arquivada
113.	2150/03	Coronel Alves PL/AP	Institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool	Arquivada ao final da legislatura
114.	2151/03	Coronel Alves PL/AP	Institui o Dia do Alerta sobre o uso correto da cadeira e do cinto de segurança para crianças.	Rejeitada e Arquivada
115.	2166/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Institui o Dia da Cruz Vermelha Brasileira.	Arquivada ao final da legislatura
116.	2167/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Institui o Dia Nacional da Gratidão	Rejeitada e Arquivada
117.	2168/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Institui o Dia Nacional do Sacerdote	Rejeitada e Arquivada
118.	2178/03	Luiz Carlos Hauly PSDB/PR	Institui o dia 16 de março como Dia Nacional do Operador de Transporte Multimodal	Rejeitada e Arquivada
119.	2179/03	Chico Alencar PSOL/RJ	Altera a Lei nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais.	Arquivada ao final da legislatura
120.	2190/03	Angela Guadagnin PT/SP	Institui o "Dia do Fisioterapeuta", a ser comemorado no dia 13 de outubro.	Arquivada ao final da legislatura
121.	2286/03	Vanessa Grazziotin PCdoB/AM	Institui o dia 1º de agosto como Dia da Indústria Farmacêutica Nacional.	Arquivada ao final da legislatura
122.	2305/03	Luiz Piauhyllino PTB/PE	Denomina "Palácio Sérgio Vieira de Mello" o Palácio do Itamaraty, edifício - sede do Ministério das Relações Exteriores.	Arquivada ao final da legislatura
123.	2318/03	Maurício Rands PT/PE	Proclama Olinda a Capital Simbólica do Brasil e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
124.	2320/03	Chico da Princesa PL/PR	Altera a Lei nº. 6.682, de 27 de agosto de 1979, para dispor sobre as condições para a denominação suplementar de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação.	Arquivada ao final da legislatura
125.	2355/03	Roberto Pessoa PL/CE	Denomina Ponte Nicanor Linhares a ponte sobre o Rio Jaguaribe, localizada no distrito de Peixe Gordo, entre os municípios de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte, no Ceará.	Arquivada ao final da legislatura
126.	2359/03	Jaime Martins PL/MG	Altera os incisos I e III do art. 8º da Lei nº. 5.700 de 1 de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências".	Arquivada ao final da legislatura
127.	2392/03	Marcelo Ortiz PV/SP	Institui o Dia do Advogado	Arquivada ao final da legislatura
128.	2412/03	Carlito Merss PT/SC	Confere ao Município de Joinville, em Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários.	Arquivada ao final da legislatura
129.	2479/03	Angela Guadagnin PT/SP	Institui o "Dia do Saci", a ser comemorado no dia 31 de outubro, com o objetivo de valorizar a cultura nacional.	Arquivada ao final da legislatura
130.	2487/03	Vanessa Grazziotin PCdoB/AM	Institui o dia 03 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e a Biopirataria.	Transformada em norma jurídica e arquivado
131.	2492/03	Carlos Alberto Rosado PFL/RN	Institui o título "Capital Brasileira da Cultura" e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
132.	2494/03	Bismarck Maia PSDB/CE	Confere à nadadora Maria Lenk a designação de "Patronesse do Esporte Nacional".	Arquivada ao final da legislatura
133.	2506/03	Adelor Vieira PMDB/SC	Institui na República Federativa do Brasil o dia 28 de junho como sendo o "Dia Nacional da Renovação Espiritual".	Rejeitado e arquivado
134.	2527/03	Carlos Alberto Rosado PFL/RN	Denomina Vingt-un Rosado a Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM, no Estado do Rio Grande do Norte.	Rejeitada e arquivada
135.	2545/03	Jose Roberto Arruda PFL/DF	Institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista.	Arquivada ao final da legislatura
136.	2587/03	Júlio Redecker PSDB/RS	Institui o "Cavalo Crioulo" como animal-símbolo do MERCOSUL.	Arquivada ao final da legislatura
137.	2623/03	Vieira Reis PMDB/RJ	Institui na República Federativa do Brasil, o dia 9 de julho como sendo o "Dia Nacional da Igreja Universal do Reino de Deus".	Arquivada ao final da legislatura
138.	2645/03	Augusto Nardes PP/RS	Institui o Dia do Contador.	Arquivada ao final da legislatura
139.	2655/03	Pedro Chaves PMDB/GO	Denomina "Rodovia José Saad" o trecho da BR - 020, desde a divisa entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás até a divisa entre os Estados de Goiás e a Bahia.	Arquivada ao final da legislatura
140.	2756/03	Milton Monti PL/SP	Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências	Arquivada ao final da legislatura

Relação de Projetos de lei apresentados em 2003 por Deputados com conteúdos simbólicos.				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
141.	2759/03	Milton Monti PL/SP	Institui o Dia Nacional do Caixa de Supermercado.	Rejeitada e Arquivada
142.	2762/03	ALDO REBELO PCdoB/SP	Institui o dia 31 de Outubro como o Dia do Saci e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
143.	2768/03	Milton Monti PL/SP	Institui o Dia Nacional do Servidor Público Municipal	Rejeitada e Arquivada
144.	2786/03	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Institui o Dia da Esperança.	Arquivada ao final da legislatura
145.	2792/03	Giacobo PL/PR	Institui o ano de 2005 como o "Ano da Pessoa Portadora de Deficiência Física".	Arquivada ao final da legislatura
146.	2821/03	Mário Negromonte PP/BA	Institui o Dia Nacional da Baiana de Acarajé.	Arquivada ao final da legislatura
147.	2828/03	Neucimar Fraga PL/ES	Institui o dia 31 de Outubro como Dia Nacional da Proclamação do Evangelho e dá outras providências	Arquivada ao final da legislatura

ANEXO III

Os Projetos de lei apresentados em 2003 que foram transformados em normas jurídicas.			
	PL	Autor	Ementa
1.	3/03	Iara Bernardi PT/SP	Nova Ementa da Redação Final: Acrescenta parágrafo ao artigo 129, do Decreto - Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".
2.	117/03	Iara Bernardi PT/SP	Nova Ementa da Redação Final: Altera os artigos 148, 215, 216, 226, 227 e 231 e acrescenta o artigo 231-A ao Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Explicação: Suprimindo o termo "mulher honesta" do artigo 216 e "mulher", do artigo 231 do Código Penal, tipificando o crime como "tráfico sexual".
3.	177/03	Romel Anizio PPB/MG	Denomina "Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves" a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.
4.	192/03	Maurício Rabelo PL/TO	Nova Ementa da Redação Final: Institui o ano de 2006 como o "Ano da Mulher".
5.	254/03	Senado Federal	Institui a Renda Básica de Cidadania e dá outras providências.
6.	258/03	Senado Federal	Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona. Explicação: Autorizando a doação à Mitra Arquidiocesana de Brasília, dos imóveis residenciais situados no SHIGS, Quadra 707, Bloco "H", Casas 68, 74, 80, Brasília - DF.
7.	276/03	Marinha Raupp PMDB/RO	Nova Ementa da Redação Final: Altera o caput do art. 11 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Explicação: Garantindo o atendimento psicológico às crianças e adolescentes através do SUS.
8.	331/03	Poder Executivo	Autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira. Explicação: Concedendo indenização ao Sr. José Pereira Ferreira por haver sido submetido à condição análoga à de escravo e haver sofrido lesões corporais, na fazenda "Espírito Santo", no Sul do Estado do Pará, em setembro de 1989.
9.	354/03	Poder Executivo	Altera a Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes. Explicação: Dispondo que a concessão e o pagamento do salário - maternidade devido à segurada adotante será feito diretamente pela Previdência Social.
10.	378/03	Laura Carneiro PFL/RJ	Declara Patrono da Geografia Nacional o geógrafo MILTON SANTOS.
11.	392/03	Murilo Zauith PFL/MS	Denomina "Rodovia Alfeo Almeida Velozo" o trecho da rodovia BR - 376 entre o entroncamento com a rodovia BR - 163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.
12.	432/03	Mariângela Duarte PT/SP	Define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.
13.	475/03	Senado Federal	Altera o § 1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº. 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o Salário-Educação. Explicação: Fixando percentual a ser distribuído pelo FUNDEF, do valor total da arrecadação do salário-educação, contemplando os Municípios.
14.	520/03	José Chaves PMDB/PE	Cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências.
15.	634/03	Paulo Gouveia PL/RS	Dá nova redação aos artigos 44 e 2031 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Explicação: Incluindo as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado e desobrigando - os de alterar seus estatutos no prazo definido no Código; alterando o novo Código Civil.

Os Projetos de lei apresentados em 2003 que foram transformados em normas jurídicas.			
	PL	Autor	Ementa
16.	722/03	Mário Heringer PDT/MG	Nova Ementa da Redação Final: Altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical Explicação: Alterando o Decreto - Lei nº. 5.452, de 1943.
17.	735/03	Beto Albuquerque PSB/RS	Nova Ementa da Redação Final: Altera a redação dos artigos 165, 277 e 302 da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Explicação: Permitindo que haja caracterização de infração ou crime de trânsito por condução de veículo sob influência do álcool ou substância entorpecente, ainda que o condutor se recuse a fazer os testes de alcoolemia (bafômetro), mediante prova testemunhal obtida pelo agente de trânsito ou autoridade policial.
18.	738/03	Senado Federal	Inscribe o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no Livro dos Heróis da Pátria.
19.	781/03	Henrique Afonso PT/AC	Altera a Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o Serviço de Atendimento a Pessoas que Vivem em Situação de Rua.
20.	818/03	Sandes Júnior PPB/GO	Altera o art. 1.121 da Lei nº. 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição de separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores, e dá outras providências.
21.	834/03	Takayama PSB/PR e outros	Institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa. Explicação: A ser comemorado no dia 18 de junho - data da chegada do navio "Kasato - Maru" ao Brasil.
22.	856/03	Roberto Gouveia PT/SP	Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Explicação: A ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano.
23.	953/03	Lobbe Neto PSDB/SP	Institui o "Dia Nacional do Biomédico". Explicação: A ser comemorado em 20 de novembro de cada ano.
24.	955/03	Elimar Maximo Damasceno PRONA/SP	Inscribe o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.
25.	1083/03	Poder Executivo	Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº. 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003. Explicação: Reajustando em 1% (hum por cento) a remuneração e subsídios dos servidores a partir de 1º de janeiro de 2003.
26.	1084/03	Poder Executivo	Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Explicação: Concedendo abono no valor de R\$ 59,87(cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).
27.	1138/03	Marinha Raupp PMDB/RO	Acrescenta o nome do Professor Milton Santos à atual denominação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE.
28.	1152/03	Poder Executivo	Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Explicação: O auxílio é parte integrante do programa de ressocialização, denominado "De Volta Para Casa".
29.	1233/03	ROBSON TUMA PFL/SP e outros	Dá nova redação ao parágrafo 6º do art. 1º da Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 que "dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências"
30.	1352/03	Poder Executivo	Altera o valor da pensão especial concedida a Cleonice dos Santos Azevedo pela Lei nº. 7559, de 19 de dezembro de 1986.

Os Projetos de lei apresentados em 2003 que foram transformados em normas jurídicas.			
	PL	Autor	Ementa
31.	1354/03	Procuradoria Geral da República	Dispõe sobre a criação de cargos de Membro, criação de Cargos Efetivos, criação e transformação de Funções Comissionadas no âmbito do Ministério Público da União, a criação e transformação de Procuradorias da República em Municípios no âmbito do Ministério Público Federal, e a criação de Ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, e dá outras providências.
32.	1367/03	Bismarck Maia PSDB/CE	Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Explicação: Lei do Incentivo ao Esporte ou Desporto.
33.	1410/03	Poder Executivo	Nova Ementa da Redação Final: Altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro (a).
34.	1426/03	Rogério Silva PPS/MT	Nova Ementa da Redação Final: Institui o ano de 2006 como Ano do Turismo.
35.	1503/03	Senado Federal	Altera a Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, e a Lei nº. 10.408, de 10 de janeiro de 2002, para implantar o registro digital do voto.
36.	1505/03	Luciano Zica PT/SP	Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.
37.	1555/03	Senado Federal	Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências.
38.	1568/03	Senado Federal	Institui a Política Nacional do Livro.
39.	1628/03	Poder Executivo	Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
40.	1638/03	Eliseu Padilha PMDB/RS	Denomina "Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco" a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.
41.	1661/03	Rodrigo Maia PFL/RJ	Dispõe sobre o depósito judicial e extrajudicial de valores referentes a créditos tributários municipais e dá outras providências. Nova Ementa: Dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Municípios e dá outras providências.
42.	1703/03	Wilson Santiago PMDB/PB	Altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que "aprova o Plano Nacional de Viação", de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-405 e BR-116, com extremos localizados, respectivamente, nos Estados da Paraíba e do Ceará.
43.	1711/03	Senado Federal	Inscribe o nome de "Alberto Santos Dumont", o Pai da Aviação, no "Livro dos Heróis da Pátria".
44.	1747/03	Antonio Carlos Magalhães Neto PFL/BA	Institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza. Explicação: A ser comemorado no dia 14 de dezembro.
45.	1840/03	Poder Executivo	Altera a legislação tributária federal. Explicação: Dispondo que o valor do imposto de renda pessoa física ano - calendário de 2004 será calculado de acordo com as tabelas progressivas mensal e anual de que trata a Lei nº. 10.451, de 2002; mantendo a alíquota de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento).
46.	1858/03	Poder Executivo	Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA, e dá outras providências.
47.	1923/03	Beto Albuquerque PSB/RS	Confere ao município de Passo Fundo o título de "Capital Nacional da Literatura".
48.	1936/03	Poder Executivo	Nova Ementa: Concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003 na Base Aérea de Alcântara e do incidente ocorrido com o subtenente do Exército Alcir José Tomasi.

Os Projetos de lei apresentados em 2003 que foram transformados em normas jurídicas.			
	PL	Autor	Ementa
49.	2170/03	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.
50.	2306/03	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
51.	2399/03	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, e dá outras providências.
52.	2401/03	Poder Executivo	Nova Ementa da Redação Final Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº. 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº. 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Explicação: Nova Lei de Biossegurança.
53.	2441/03	Poder Executivo	Dispõe sobre o enquadramento dos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente nas tabelas de vencimentos instituídas pela Lei nº. 10.410, de 11 de janeiro de 2002. Explicação: Enquadrando os servidores ocupantes dos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental e Técnico e Auxiliar Administrativo.
54.	2487/03	Vanessa Grazziotin PCdoB/AM.	Institui o dia 03 de Dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e a Biopirataria.
55.	2520/03	Senado Federal Serys Slhessarenko PT/MT	Institui o ano de 2006 como "Ano Nacional Santos Dumont".
56.	2546/03	Poder Executivo	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da Administração Pública. Explicação: Autorizando a União a integralizar recursos em Fundo Fiduciário de Incentivo a contratos de Parcerias Público - Privada - PPP.
57.	2548/03	Tribunal Superior do Trabalho	Cria e transforma no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências.
58.	2552/03	Poder Executivo	Reajusta os valores da Taxa de Serviços Metrológicos, e dá outras providências.
59.	2596/03	João Caldas PL/AL	Altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que "aprova o Plano Nacional de Viação" de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-101 e BR-104, onde os extremos são os municípios de São José da Laje (AL) e Novo Lino (AL), passando pelas cidades de Iateguara e Colônia Leopoldina, ambas localizadas no Estado de Alagoas.
60.	2637/03	Senado Federal Magno Malta PL/ES	Altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o trecho que liga o Porto de Vitória (Cais de Capuaba) à BR-262, no Estado do Espírito Santo.
61.	2681/03	Poder Executivo	Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, e dá outras providências.

Os Projetos de lei apresentados em 2003 que foram transformados em normas jurídicas.			
	PL	Autor	Ementa
62.	2852/03	Senado Federal	Convalida a Resolução nº. 7, de 2002, do Senado Federal, que unifica as tabelas de vencimentos básicos e os demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, nos termos do art. 17 da Resolução nº. 9, de 1997, do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, nos termos do artigo 17 da Resolução nº. 9, de 1997, do Senado Federal.
63.	7511/03	Poder Executivo	Altera dispositivos da Lei nº. 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências. Explicação: Dispondo que os atuais servidores do Plano de Classificação de Cargos do MRE poderão, excepcionalmente, ser designados para missões transitórias e permanentes no exterior.
64.	7514/03	Poder Executivo	Altera a Lei nº. 7.070, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica. Explicação: Concedendo um benefício adicional de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor da pensão especial às vítimas da Síndrome da Talidomida que comprovarem tempo de exercício de atividade remunerada.

ANEXO IV

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
1.	77/03	Bernardo Ariston - PSB/RJ	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Cultura Familiar (PCF) e dá outras providências.	Arquivada
2.	83/03	Roberto Magalhães PFL/PE	Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Explicação da Ementa: Incluindo no currículo do ensino médio e fundamental o estudo sobre os países da América do Sul, bem como sobre a História da Unidade da Federação onde se situa o estabelecimento de ensino.	Declarada prejudicada e arquivada
3.	116/03	Iara Bernardi - PT/SP	Autoriza o Poder Executivo a Instituir a Fundação Universidade Federal de Sorocaba, estado de São Paulo.	Arquivada
4.	157/03	Inocêncio Oliveira - PFL/PE.	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Sertão, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	Arquivada
5.	159/03	Inocêncio Oliveira - PFL/PE	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Agreste, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	Arquivada
6.	180/03	Reginaldo Lopes - PT/MG	Autoriza o Poder Executivo a implantar assistência psicológica e psicopedagógica no sistema educacional brasileiro, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem.	Arquivada
7.	215/03	Jose Divino S.Part./RJ	Autoriza o poder executivo a incluir o ensinamento do Código Nacional de Trânsito na grade curricular das escolas públicas e privadas, do maternal, ensino fundamental, ensino médio e curso normal, em todo território nacional e dá outras providências.	Declarada prejudicada e arquivada
8.	288/03	Laura Carneiro PFL / RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sanitários para uso dos clientes nas agências bancárias publicas.	Declarada prejudicada e arquivada
9.	375/03	Laura Carneiro PFL/RJ	Autoriza o Poder Executivo a emitir selo postal comemorativo ao Dia da Eliminação da Violência contra a Mulher.	Arquivada
10.	433/03	Mariangela Duarte PT/SP	Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".	Aguardando Retorno do Senado Federal
11.	626/03	Bismarck Maia PSDB/CE	Altera o Capítulo II - Da Educação Básica, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Explicação da Ementa: Estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão de educação desportiva na educação básica; fixando critérios de aplicação de recursos proveniente da Lei Agnelo - Piva - Lei nº. 10.264, de 2001.	Arquivada ao final da legislatura
12.	657/03	Babá - PT/PA	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Estado do Pará e dá outras providências.	Arquivada
13.	659/03	Milton Monti PL/SP	Da nova redação ao parágrafo 5 do art. 26 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Explicação da Ementa: Incluindo no currículo do ensino fundamental, a partir da 5ª série, o ensino do Latim.	Declarada Prejudicada e Arquivada
14.	772/03	Pastor Frankembergen PTB/RR	Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade do ensino de Educação para a Moral e o Civismo , e dá outras providências.	Declarada Prejudicada e Arquivada

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
15.	779/03	Eduardo Cunha PMDB/RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar do ensino médio e fundamental em todo o País, do estudo da dependência química e as conseqüências do uso de drogas.	Arquivada ao final da legislatura
16.	849/03	Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP	Autoriza o Poder Executivo a criar central de atendimento telefônico destinada a atender denúncias de abortos clandestinos.	Arquivada ao final da legislatura
17.	868/03	Feu Rosa PSDB/ES	Autoriza o Poder Executivo a construir presídio federal de segurança máxima na Ilha da Trindade.	Arquivada
18.	1009/03	Coriolano Sales - PFL/BA	Dispõe sobre a criação de uma Universidade Federal na cidade de Vitória da Conquista, na Região Sudoeste da Bahia.	Arquivada ao final da legislatura
19.	1093/03	Mariângela Duarte - PT/SP	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Santista e Litoral - SP (UFBSL), por desmembramento da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), e dá outras providências.	Arquivada
20.	1146/03	Valdenor Guedes - PPB /AP	Dispõe sobre a criação do Distrito Agropecuário no Município de Cutias, no Estado do Amapá, e dá outras providências.	Prejudicada e Arquivada
21.	1167/03	Marcelo Guimarães Filho PFL/BA	Dispõe sobre a inclusão obrigatória da disciplina Introdução à Atividade Empresarial no currículo escolar superior.	Prejudicada e Arquivada
22.	1261/03	Dr. Ribamar Alves PSB/MA	Inclui a disciplina Cidadania no currículo das escolas de nível fundamental dos sistemas de ensino municipal, estadual e federal	Arquivada
23.	1266/03	Geraldo Resende - PPS /MS	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, e dá outras providências.	Retirada pelo autor
24.	1310/03	Helena Silva PL/SE	Inclui a disciplina Conhecimentos Agropecuários no currículo escolar do ensino fundamental e médio, sendo obrigatória nos sistemas federal, estadual e municipal	Prejudicada e Arquivada
25.	1320/03	Bismarck Maia - PSDB/CE	Ementa: Dispõe sobre a criação de uma Universidade Federal na Região Centro - Sul do Estado do Ceará, na cidade de Iguatu.	Arquivada ao final da legislatura
26.	1413/03	Carlos Nader PL/RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino e informática nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino médio e fundamental.	Prejudicada e Arquivada
27.	1439/03	Carlos Nader PL/RJ	Torna obrigatório a inclusão no currículo escolar de ensino médio e fundamental de matéria relativa a educação para o trânsito.	Prejudicada e Arquivada
28.	1456/03	Carlos Abicalil - PT/MT	Dispõe sobre a criação da Fundação Universidade Federal Autônoma dos Povos Indígenas.	Arquivada ao final da legislatura
29.	1682/03	Robério Nunes PFL/BA	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Oeste Baiano, e dá outras providências.	Arquivada
30.	1719/03	Machado – PFL /SE	Obriga as instituições bancárias a instalarem bebedouros e sanitários em todas as suas agências e postos de serviços de atendimento ao público .	Prejudicada e Arquivada
31.	1847/03	Rubens Otoni PT/GO	Institui o Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
32.	1895/03	Zonta PP/SC	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Florestal Trabalho e Renda em todo o Território Nacional, ajustado ao Programa Fome Zero, do Governo Federal.	Arquivada ao final da legislatura

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
33.	1983/03	André Luiz - PMDB /RJ	Dispõe sobre a instalação de sanitários para uso do consumidor, nas agências bancárias.	Prejudicada e Arquivada
34.	2080/03	Paes Landim PFL/PI	Dispõe sobre criação de universidades, autorização de funcionamento de instituições de ensino superior, formação de professores e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
35.	2184/03	Almir Moura S.Part./Rj	Obriga as instituições de ensino superior públicas e privadas a acrescentar em seus conteúdos curriculares de todos os cursos, pelo menos um crédito referente a disciplina cujo objeto seja a prática de atividades esportivas.	Arquivada ao final da legislatura
36.	2197/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
37.	2198/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Codajás, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
38.	2199/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
39.	2200/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Rio Preto da Eva, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
40.	2201/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Careiro da Várzea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
41.	2202/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
42.	2203/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Iranduba, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
43.	2204/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Santa Isabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
44.	2205/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Tapauá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
45.	2206/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Barreirinha, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
46.	2207/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Beruri, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
47.	2208/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Tefé, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
48.	2209/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Urucurituba, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
49.	2210/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Jutaf, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
50.	2211/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
51.	2212/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Manaquiri, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
52.	2213/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
53.	2214/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Maraã, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
54.	2215/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Guajará, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
55.	2216/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Humaitá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
56.	2217/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Itamarati, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
57.	2218/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Ipixuna, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
58.	2219/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Juruá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
59.	2220/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Japurá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
60.	2221/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Atalaia do Norte, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
61.	2222/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Pauini, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
62.	2231/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Santo Antonio do Içá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
63.	2232/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
64.	2233/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
65.	2234/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de São Sebastião do Uatumã, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
66.	2235/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
67.	2236/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Itapiranga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
68.	2237/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Carauari, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
69.	2238/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Canutama, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
70.	2239/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Caapiranga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
71.	2240/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Eirunepé, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
72.	2241/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Barcelos, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
73.	2242/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
74.	2243/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Silves, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
75.	2244/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Tonantins, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
76.	2245/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Uarini, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
77.	2246/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Uruará, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
78.	2247/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
79.	2248/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Borba, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
80.	2249/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Amaturá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
81.	2250/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Alvarães, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
82.	2251/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Boa Vista do Ramos, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
83.	2252/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
84.	2253/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Anamá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
85.	2254/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Anori, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
86.	2255/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Careiro, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
87.	2256/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Envira, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
88.	2257/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Apuí, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
89.	2258/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Coari, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
90.	2259/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
91.	2260/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Parintins, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
92.	2261/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Novo Ayrão, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
93.	2262/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Nhamundá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
94.	2263/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Nova Olinda do Norte, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
95.	2264/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Maués, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
96.	2280/03	Carlos Souza PP/AM	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Fonte Boa, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura
97.	2339/03	Sandro Mabel PI/Go	Determina a inclusão de procedimentos de primeiros socorros na grade curricular dos cursos de formação de soldados das polícias militares.	Arquivada ao final da legislatura
98.	2419/03	João Lyra PTB/AL	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal Tecnológica do Baixo São Francisco, e dá outras providências.	Arquivada
99.	2480/03	Medeiros - PL /SP	Dispõe sobre a instalação de sanitários em agências bancárias.	Prejudicada e Arquivada
100.	2490/03	Carlos Alberto Rosado PFL/RN	Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró em Universidade Federal do Vale do Aporó e dá outras providências.	Arquivada
101.	2507/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
102.	2508/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
103.	2531/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
104.	2532/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Eirunepé, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
105.	2533/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
106.	2534/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
107.	2551/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Humaitá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
108.	2554/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Maués, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
109.	2555/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Benjamin, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
110.	2556/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
111.	2564/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Carauari, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
112.	2565/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Nhamundá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
113.	2566/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
114.	2567/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Coari, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
115.	2568/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
116.	2569/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Parintins, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
117.	2570/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
118.	2571/03	Atila Lins PPS/AM	Autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de Tefé, no Estado do Amazonas, e dá outras providências	Declarada Prejudicada e arquivada
119.	2611/03	Leandro Vilela - PMDB/GO	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano (UFSOG), por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Jataí, e dá outras providências.	Tramitando em conjunto PL 4022/04 - SF
120.	2612/03	Leandro Vilela - PMDB/GO	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano (UFSEG), por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Catalão, e dá outras providências.	Tramitando em conjunto PI 4023/04 - SF
121.	2675/03	Átila Lira - PSDB/PI	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal de Parnaíba Estado do Piauí e dá outras providências.	Tramitando em conjunto PL 6412/05 - SF
122.	2685/03	Clóvis Fecury PFL/MA	Cria, nos Municípios de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, no Estado do Maranhão, o Pólo de Informática do Maranhão, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura

Projetos de lei com tramitação simbólica: existência de parecer prévio da CCJR pela injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria				
	PL	Autor	Ementa	Última ação
123.	2687/03	Prof. Irapuan Teixeira PP/SP	Altera o art. 33 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei n. 9.475, de 22 de julho de 1997, para estender a obrigatoriedade de oferta de ensino religioso às escolas particulares.	Retirada à pedido do autor e Arquivada
124.	2727/03	Professor Irapuan Teixeira PP/SP	Dá nova redação ao inciso III do § 1º do art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conhecimentos de Política como parte do currículo do Ensino Médio.	Arquivada ao final da legislatura
125.	2737/03	Ivan Valente PT/SP e outros	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região do Grande ABC, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Arquivada
126.	2754/03	Cezar Silvestri - PPS/PR	Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica. Explicação: Doando imóvel à Universidade Estadual do Centro - Oeste (UNICENTRO).	Arquivada
127.	2781/03	Carlos Sampaio PSDB/SP	Dispõe sobre a inclusão da disciplina Introdução à Cidadania, no currículo do ensino fundamental, sendo obrigatória nos Sistemas Federal, Estadual e Municipal e dá outras providências.	Arquivada
128.	2782/03	Carlos Sampaio PSDB/SP	Ementa: Cria o Prêmio Universitário de Políticas Públicas e dá outras providência.	Arquivada ao final da legislatura
129.	2819/03	Carlos Mota - PL/MG	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e dá outras providências	Arquivada

ANEXO V

Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados por não atenderem às exigências para a apresentação e apreciação na CFT.				
	PL	AUTOR	EMENTA	Última ação
1.	30/03	Bismarck Maia - PSDB /CE	Institui o Fundo de Aquisição de Livros para as Universidades Públicas.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
2.	63/03	Antonio Carlos Pannunzio - PSDB /SP	Dispõe sobre a atualização anual das tabelas de incidência do imposto de renda das pessoas físicas.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
3.	76/03	Eunício Oliveira - PMDB /CE	Assegura aos alunos egressos de escolas públicas, gratuidade das taxas de inscrição em processos seletivos para admissão nas instituições estatais	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
4.	99/03	Romel Anizio - PPB /	Dispõe sobre a garantia de alimentação escolar nos períodos de férias escolares.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
5.	107/03	Pompeo de Mattos - PDT /RS	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de máquinas e implementos industriais por parte de Prefeituras Municipais, nas condições que especifica.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
6.	122/03	Wilson Santos - PSDB /MT	Altera a Lei nº. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, e dá outras providências."	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
7.	139/03	Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Altera a Lei nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998, para permitir a concessão de empréstimos a segurados e beneficiários de regimes próprios de previdência social de servidores públicos, nas condições que especifica.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
8.	188/03	Maurício Rabelo - PL /TO	Prevê o pagamento de auxílio - funeral aos segurados da Previdência Social.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
9.	190/03	Maurício Rabelo - PL /	Dispõe sobre a criação de plataformas industriais voltadas para o incentivo a atividades exportadoras.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
10.	233/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados - IPI, nas aquisições de máquinas, ambulâncias e equipamentos rodoviários pelos Estados, Municípios e Distrito Federal.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
11.	244/03	Paes Landim - PFL /PI	Institui isenção tributária para estimular a produção e ampliação de consumo interno de bens destinados à alimentação.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
12.	245/03	Paes Landim - PFL /PI	Dispõe sobre financiamento de moradia popular básica.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
13.	280/03	Dr. Pinotti - PMDB /SP	Altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
14.	361/03	Neucimar Fraga - PL /ES	Dispõe sobre dedução, na declaração de rendimentos, de aluguéis pagos até o valor de R\$ 12.000,00 anuais.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI

Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados por não atenderem às exigências para a apresentação e apreciação na CFT.				
	PL	AUTOR	EMENTA	Última ação
15.	366/03	Rogério Silva - PPS /MT	Institui o seguro de vida como direito inerente ao exercício de função policial.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
16.	402/03	Mário Heringer - PDT /MG	Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre canetas esferográficas, lapiseiras, canetas e marcadores com pontas de feltro ou com outras pontas porosas, e cargas com ponta para canetas esferográficas.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
17.	415/03	João Leão - PL /BA	Concede benefício fiscal às pessoas jurídicas que doarem mercadorias às ações voltadas à segurança alimentar nutricional e ao combate à fome.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
18.	455/03	Pompeo de Mattos - PDT /RS	Veda o limite de despesas com educação superior, para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física e altera a redação da alínea "b", do inciso II, do art. 8º, da Lei nº. 9.250, de 27 de dezembro de 1995 (redação dada pela Lei nº. 10.451, de 10 de maio de 2002) .	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
19.	486/03	Dr. Hélio - PDT /SP	Permite ao contribuinte do Imposto de Renda deduzir do imposto devido as doações feitas a entidades sem fins lucrativos que tenham exclusivamente por objeto a proteção de animais.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
20.	537/03	Feu Rosa - PSDB /ES	Estabelece isenção de IPI e do II para as doações destinadas a instituições de assistência social, sem fins lucrativos.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
21.	552/03	Maria do Rosário - PT /RS	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Explicação da Ementa: Estabelecendo que o período para pagamento do seguro desemprego para o trabalhador deficiente, será o dobro do estabelecido em lei.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
22.	618/03	Alice Portugal - PCdoB /BA	Dispõe sobre a dedutibilidade de despesas com instrução, em relação à base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
23.	631/03	Pompeo de Mattos - PDT /RS	Acrescenta alínea, no inciso II do art. 8º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluindo as despesas com pedágio nas deduções relativas ao Imposto de Renda.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
24.	637/03	José Borba - PMDB /PR	Dispõe sobre a proibição das importações de pneus usados e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
25.	643/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Permite ao contribuinte do Imposto de Renda deduzir do imposto devido as doações feitas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
26.	652/03	Luciano Zica - PT /SP	Altera a redação do artigo 2º da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide) e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
27.	656/03	Ary Vanazzi - PT /RS	Institui o Programa Nacional de Apoio à Ecologia e ao Eco-desenvolvimento - PRONAE e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
28.	657/03	Babá - PT /PA	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Estado do Pará e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI

Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados por não atenderem às exigências para a apresentação e apreciação na CFT.				
	PL	AUTOR	EMENTA	Última ação
29.	675/03	Dr. Heleno - PSDB /RJ	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº. 10.182, de 2001, que restaura a vigência da Lei nº. 8.989, de 1995, e dispõe sobre a isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de automóveis movidos a combustíveis de origem renovável e não renovável, incluindo aqueles destinados à conversão para Gás Natural .	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
30.	676/03	Ronaldo Vasconcellos - PTB /MG	Institui o Programa Nacional de Apoio ao Meio Ambiente - PRONAMA - e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
31.	718/03	José Divino - PMDB /RJ	Dispõe sobre a criação do Programa SOS Rios e Lagos do Brasil, objetivando a sua revitalização.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
32.	782/03	Dr. Evilásio - PSB /SP	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - na aquisição de caminhões para o transporte autônomo de carga.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
33.	835/03	Paulo Marinho - PFL /MA	Cria Área de Livre Comércio no Município de Caxias, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
34.	918/03	Eduardo Cunha - PPB /RJ	Dispõe sobre financiamento para compra de aparelhos corretivos e de auxílio ao deslocamento autônomo de deficiente físico comprovadamente necessitado e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
35.	925/03	Benedito de Lira - PPB /AL	Institui o Fundo Nacional de Apoio à Cultura do Coqueiro - da - Baía – FUNDACOCO e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
36.	932/03	Rogério Silva - PPS /MT	Dispensa o recolhimento de crédito tributário, nas condições que determina.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
37.	994/03	Júlio Redecker - PSDB /RS	Dispõe sobre o Programa de Modernização de Máquinas (Modernmáquina) para a Indústria Calçadista, Indústria de Curtumes e Indústria de Componentes para Calçados e afins.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
38.	1028/03	Luiz Bittencourt - PMDB /GO	Permite ao contribuinte do imposto de renda deduzir do imposto devido doações feitas ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
39.	1045/03	Paulo Magalhães - PFL /BA	Dispõe sobre isenção do Imposto de Renda sobre o Décimo Terceiro Salário.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
40.	1082/03	Mendes Ribeiro Filho - PMDB /RS	Cria a Área Comum de Livre Comércio no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
41.	1086/03	ENIO BACCI PDT/RS	Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Combate à Fome e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura. Art. 105
42.	1092/03	Ronaldo Vasconcellos - PTB /MG	Dispõe sobre a perda, em favor do Fundo Nacional de Segurança Pública, dos instrumentos e produtos de crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática de fato criminoso e das mercadorias apreendidas em razão de infrações que causem danos ao Erário.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
43.	1117/03	Carlos Nader - PFL /RJ	"Estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública".	Arquivada artigo 58, § 4º do RI

Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados por não atenderem às exigências para a apresentação e apreciação na CFT.				
	PL	AUTOR	EMENTA	Última ação
44.	1122/03	Ricardo Izar - PTB /SP	Altera dispositivo da Lei nº. 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
45.	1216/03	Júlio Redecker - PSDB /RS	Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre produtos plásticos.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
46.	1289/03	Alberto Fraga - PMDB /DF	Institui o seguro de vida para Policiais e Bombeiros Militares, Policiais Civis, Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
47.	1340/03	Durval Orlato - PT /SP	Dispõe sobre incentivo de dedução na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF de empregada(o) doméstica(o).	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
48.	1344/3	Osmar Serraglio - PMDB /PR	Altera a ementa e acrescenta inciso V ao art. 1º da Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Explicação da Ementa: Isentando do IPI a aquisição de veículos utilizados pelos Centros de Formação de Condutores para aula prática de direção.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
49.	1374/03	Osório Adriano - PFL /DF	Dispõe sobre a atualização do valor de aquisição dos bens imóveis constantes das declarações de bens das pessoas físicas ou jurídicas, para fins de apuração de ganhos de capital.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
50.	1375/03	Geraldo Resende – PPS /MS	Altera a Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, isentando do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de motocicletas para utilização de transporte autônomo de passageiros.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
51.	1411/03	Dr. Heleno - PSDB /	Acrescenta as alíneas "h" e "i" ao art. 8º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, permitindo que as despesas relativas ao pagamento de aluguel residencial e de salários de empregados domésticos, urbanos e rurais, sejam dedutíveis na declaração do Imposto de Renda.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
52.	1416/03	Rogério Silva - PPS /MT	Acrescenta alínea "h" ao art. 8º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, permitindo que as despesas de aquisição de medicamentos de uso contínuo, para consumo do contribuinte com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, sejam dedutíveis na declaração do Imposto de Renda.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
53.	1430/03	Bispo Wanderval - PL /SP	Introduz a alínea "h" no inciso II do art. 8º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, admitindo que o contribuinte deduza da base de cálculo do Imposto de Renda o salário pago a empregado doméstico.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
54.	1440/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Isenta dos impostos federais o material didático, quando adquirido por bibliotecas, escolas e universidades públicas e privadas, para uso em suas atividades essenciais.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
55.	1460/03	Edson Duarte - PV /BA	Altera a Lei nº. 10.473, de 27 de junho de 2002, que institui a Universidade do Vale do São Francisco, estabelecendo sua sede nas cidades de Petrolina, Pernambuco e Juazeiro, na Bahia.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
56.	1463/03	Pompeo de Mattos – PDT /RS	Institui o Programa de Seguro Agrícola e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
57.	1589/03	Leandro Vilela - PMDB /GO	Institui o Fundo de Aval para Garantia de Empréstimos a Agricultores Familiares - FUAFF e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI

Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados por não atenderem às exigências para a apresentação e apreciação na CFT.				
	PL	AUTOR	EMENTA	Última ação
58.	1660/03	Luciano Leitoa PSB/MA	Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Arquivada ao final da legislatura Art. 105
59.	1700/03	Lobbe Neto - PSDB /SP	Acrescenta o inciso VI e § 7º ao art. 1º da Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
60.	1702/03	Serafim Venzon - PSDB /SC	Acrescenta § 6º ao art. 11 da Lei n.º. 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a filiação facultativa do médico residente ao Regime Geral de Previdência Social.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
61.	1722/03	Silas Brasileiro - PMDB /MG	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI nas aquisições de máquinas e implementos agrícolas, e veículos automotores de fabricação nacional, quando feitas pelas prefeituras municipais.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
62.	1768/03	Jackson Barreto - PTB /SE	Cria o Programa Nacional de Mobilidade e Acesso ao Transporte Público	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
63.	1770/03	Pompeo de Mattos – PDT /RS	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de caminhões para uso em transporte de cargas, por profissionais autônomos, vítimas de furto ou roubo.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
64.	1816/03	José Roberto Arruda – PFL /DF	Concede isenção de Imposto sobre Produto Industrializado - IPI, na aquisição de microônibus e de veículos de uso misto destinados exclusivamente ao transporte de passageiros.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
65.	1896/03	Chico Alencar - PT /RJ	Possibilita aos professores deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, as despesas realizadas com a compra de livros e de implementos de computação.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
66.	1917/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para produtos alimentares, bem como para maquinaria, adquiridos para doação a entidades sem fins lucrativos, nas condições que estabelece.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
67.	1928/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Dispõe sobre incentivo fiscal para viagem de intercâmbio cultural, nas condições que especifica.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
68.	1957/03	Carlos Souza - PL /AM	Dá nova redação ao caput e ao § 1º do art. 1º da Medida Provisória n.º. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que "altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências".	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
69.	1977/03	Átila Lins - PPS /AM	Dá nova redação à alínea "b" do inciso II do art. 8º e ao parágrafo 1º do art. 35 da Lei n.º. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
70.	1997/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Dispõe sobre incentivo fiscal para contratação de trabalhadores, nas condições que especifica.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
71.	1999/03	Narcio Rodrigues - PSDB /MG	Dispõe sobre a Pessoa Jurídica Rural.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
72.	2003/03	Ricarte de Freitas - PTB /MT	Estabelece critérios para exploração de áreas de Reserva Legal e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI

Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados por não atenderem às exigências para a apresentação e apreciação na CFT.				
	PL	AUTOR	EMENTA	Última ação
73.	2048/03	Leônidas Cristino - PPS /CE	Dispõe sobre a implantação de ciclovias nas cidades com população superior a 50 mil habitantes, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
74.	2122/03	Ricardo Izar - PTB /SP	Altera a Lei nº. 10.150, de 25 de dezembro de 2000, no que se refere ao Fundo de Compensação de Variações Salariais.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
75.	2147/03	Coronel Alves - PL /AP	Dispõe sobre o descarte e a criação de depósitos para o recolhimento de pilhas e baterias usadas, e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
76.	2160/03	Coronel Alves - PL /AP	Institui o Programa de Incentivo Profissional Superior para os servidores da área de segurança pública.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
77.	2161/03	Coronel Alves - PL /AP	Dispõe sobre financiamento para casa própria aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
78.	2193/03	Aníbal Gomes - PMDB /CE	Dispõe sobre a expropriação, por interesse público e relevante valor social, de bens móveis apreendidos, com a integração dos mesmos ao patrimônio dos órgãos de segurança pública.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
79.	2230/03	Augusto Nardes PP/RS	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos adquiridos pelos órgãos públicos municipais para utilização exclusiva.	Arquivada ao final da legislatura. Art. 105
80.	2361/03	Rogério Silva - PPS /MT	Veda a cobrança de juros e correção monetária na licitação de concessão ou permissão dos Serviços de Radiodifusão.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
81.	2366/03	Feu Rosa - PP /ES	Altera o art. 98 da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Explicação da Ementa: Facultando ao servidor público a conversão em pecúnia, do período em que tem direito de dispensa do trabalho, em virtude de prestação de serviço em Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
82.	2371/03	Fernando de Fabinho – PFL /BA	Dispõe sobre a criação de Área de Livre Comércio no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
83.	2380/03	Almeida de Jesus - PL /CE	Concede isenção de imposto de renda às pessoas físicas que tenham dependentes portadores da doença de Alzheimer.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
84.	2468/03	Luis Carlos Heinze – PP /RS	Estabelece condições especiais de financiamento para a aquisição de veículo utilitário por profissional de Ciências Agrárias.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
85.	2535/03	Jefferson Campos - PMDB /SP	Dispõe sobre dedução integral, na declaração do imposto de renda da pessoa física, das despesas com cursos profissionalizantes, cursos de idiomas e cursos de informática.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
86.	2544/03	Leandro Vilela - PMDB /GO	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos destinados ao transporte escolar.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
87.	2583/03	Carlos Nader - PFL /RJ	"Estabelece dedução do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior - FIES".	Arquivada artigo 58, § 4º do RI

Projetos de lei com tramitação simbólica: inadequados por não atenderem às exigências para a apresentação e apreciação na CFT.				
	PL	AUTOR	EMENTA	Última ação
88.	2601/03	Medeiros – PL /SP	Acrescenta alínea h ao inciso II do artigo 8º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Explicação da Ementa: Autorizando a dedução do Imposto de Renda da pessoa física das despesas com empregada doméstica.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
89.	2606/03	Gonzaga Patriota – PSB /PE	Cria a Área de Livre Comércio no Município de Petrolina, no Estado do Pernambuco, e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
90.	2659/03	Sandro Matos - PTB /RJ	Cria o Fundo Nacional de Apoio aos Municípios para Programas de Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos Sólidos e Hospitalares Urbanos - FUNDLIXO e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
91.	2686/03	Durval Orlato PT /SP	Dispõe sobre incentivo de dedução na declaração do imposto de renda pessoa física - IRFF de empregada (o) doméstica (o).	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
92.	2700/03	Homero Barreto – PTB /TO	Acrescenta a alínea "h" ao art. 8º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que trata sobre o imposto de renda pessoa física.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
93.	2719/03	Eduardo Cunha - PMDB /RJ	Acresce dispositivo ao artigo 12 da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
94.	2769/03	Milton Monti - PL /SP	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos destinados ao transporte escolar.	Arquivada artigo 58, § 4º do RI
95.	2805/03	Carlos Nader - PFL /RJ	"Modifica dispositivos da Lei n.º 9.745, de 15 de dezembro de 1998." Explicação da Ementa: Estabelecendo caráter permanente ao programa emergencial de frentes produtivas; exigindo, para concessão do benefício da renda mínima, frequência escolar e vacinação dos menores e participação, em programas de qualificação	Arquivada artigo 58, § 4º do RI

ANEXO VI

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: retirados pelos autores. Art. 104 RI			
	PL	AUTOR	EMENTA
1.	20/03	Roberto Gouveia PT /SP	Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências.
2.	21/03	Roberto Gouveia PT /SP	Explicação da Ementa: Suprimindo o artigo que caracteriza como crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; alterando o Decreto - Lei nº. 2.848, de 1940.
3.	23/03	Roberto Gouveia PT /SP	Altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências", constituindo fundo especial para financiar pesquisas e fomentar a produção de energia elétrica a partir da energia eólica e da energia solar.
4.	24/03	Roberto Gouveia – PT /SP	Regulamenta as ações e os serviços da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde - SUS.
5.	29/03	Jorge Bittar - PT /RJ	Dá nova redação ao "caput" do art. 277 da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
6.	56/03	Orlando Fantazzini - PT /SP	Altera a Lei Geral de Telecomunicações para autorizar as prestadoras de serviços de telecomunicações a prestarem serviço de acesso à Internet.
7.	81/03	Roberto Magalhães - PSDB /PE	Cria estímulos à produção de veículos automotores "multicombustível".
8.	84/03	Roberto Magalhães - PSDB /PE	Regula situações decorrentes do disposto no art. 231, § 6º, da Constituição Federal.
9.	85/03	Roberto Magalhães - PSDB /PE	Altera a Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Explicação da Ementa: Aumentando para 8% (oito por cento) o valor da arrecadação da loteria federal a ser destinado ao Fundo Nacional da Cultura - FNC.
10.	92/03	Roberto Gouveia – PT /SP	Amplia a licença maternidade para mães de recém – nascidos prematuros e permite que elas acompanhem seus filhos na maternidade, completando a gestação "extra - uterina".
11.	93/03	Roberto Gouveia – PT /SP	Dispõe sobre a moratória de 3 (três) anos para instalação de incineradores de resíduos domésticos e industriais e dá outras providências.
12.	147/03	Alberto Fraga - PMDB /DF	Altera o Decreto - Lei nº. 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), e dá outras providências. Explicação da Ementa: Aumentando a pena de reclusão e a prescrição para os crimes de seqüestro, seqüestro em meios de transporte, extorsão, cárcere privado, privação de liberdade e "seqüestro relâmpago".
13.	167/03	Alberto Fraga - PMDB /DF	Altera a Lei nº. 10.259, de 12 de julho de 2001. Explicação da Ementa: Excluindo a conduta do porte ilegal de armas de fogo dentre as infrações de menor potencial ofensivo.
14.	193/03	Bonifácio de Andrada - PSDB /MG	Disciplina cursos de Universidades Estrangeiras no Brasil.
15.	213/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Proíbe a utilização de pneus recapados em veículos de transporte rodoviário de passageiros ou de produtos tóxicos e inflamáveis e dá outras providências.
16.	290/03	Maria do Rosário – PT /RS	Dispõe sobre a presença de acompanhante no processo de parto nos hospitais, clínicas, maternidades da rede pública e estabelecimentos conveniados ao SUS - e dá outras providências.

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: retirados pelos autores. Art. 104 RI			
	PL	AUTOR	EMENTA
17.	218/03	Bernardo Ariston – PSB /RJ	Proíbe a venda de medicamento e/ou produto que tenha em sua composição anabolizantes às pessoas com menos de dezoito anos de idade e dá outras providências.
18.	371/03	José Borba - PMDB /PR	Proíbe a importação de pneus usados para venda aos consumidores e dá outras providências.
19.	280/03	Laura Carneiro - PFL /RJ	Dispõe sobre a proibição de exportação de armas de fogo aos países limítrofes.
20.	420/03	José Pimentel - PT /CE	Veda a concessão de fiança por pessoa natural, nos contratos em geral.
21.	426/03	Paes Landim - PFL /PI	Dispõe sobre aposentadoria e pensão dos servidores públicos e trabalhadores em geral.
22.	469/03	João Alfredo - PT /CE	Estabelece as dunas como Área de Preservação Permanente.
23.	493/03	Bonifácio de Andrada - PSDB /MG	Altera normas do sistema eleitoral e partidário e cria o sistema de lista partidária.
24.	496/03	Bonifácio de Andrada - PSDB /MG	Autoriza a criação de "Autarquia Territorial" no interior do País para fins estratégicos de desenvolvimento.
25.	521/03	Bernardo Ariston – PSB /RJ	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Orientação e Informação para a Criança e o Adolescente e dá outras providências.
26.	535/03	Eduardo Paes - PFL /RJ	Dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES - Lupus Eritematoso Sistêmico, e dá providências correlatas.
27.	613/03	Bernardo Ariston – PSB /RJ	Institui o Programa Comunitário de Informação (PCI) e dá outras providências.
28.	633/03	João Herrmann Neto – PPS /SP	Dispõe sobre a eliminação gradual do uso do fogo em plantação de cana - de – açúcar
29.	654/03	Tarcisio Zimmermann - PT /RS	"Acrescenta parágrafos aos artigos 76 e 77 e altera o caput do artigo 102 do Decreto-Lei nº. 7.661, de 21 de junho de 1945."
30.	674/03	José Pimentel - PT /CE	Altera o artigo 109 do Código Penal (Decreto - Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940) para duplicar os prazos prescricionais.
31.	695/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Regulamenta o exercício profissional de Web designs, e dá providências.
32.	705/03	Max Rosenmann - PMDB /PR	Extingue os cartórios de protesto de títulos no País, e dá outras providências.
33.	720/03	Beto Albuquerque - PSB /RS	Dispõe sobre a criação e implantação do Sistema Permanente de Planejamento de Transporte - SISTRAN
34.	798/03	Roberto Magalhães - PSDB /PE	Altera a redação do § 5º, do art. 10 da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Explicação da Ementa: Reduzindo para 40 (quarenta) dias o prazo para indicação de candidatos para preencher as vagas remanescentes nas eleições proporcionais, independentemente dos percentuais previstos para ambos os sexos.
35.	805/03	Carlos Nader - PFL /RJ	"Fixa a jornada normal de trabalho dos jornalistas".
36.	829/03	Lincoln Portela - PL /MG	Dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº. 7.716, de 1989, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor". Explicação da Ementa: Estabelecendo a punição para os crimes de discriminação ou preconceito contra um povo, incluindo as manifestações anti-semitas (judeus).

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: retirados pelos autores. Art. 104 RI			
	PL	AUTOR	EMENTA
37.	889/03	Zezéu Ribeiro - PT /BA	Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica gratuita ao projeto e construção de moradia econômica.
38.	1011/03	Roberto Gouveia - PT /SP	Dispõe sobre a garantia dos trabalhadores à prevenção dos riscos decorrentes do trabalho e à promoção da saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
39.	1055/03	Marcelo Ortiz - PV /SP	Modifica a redação do § 2º do art. 184, do Código de Processo Civil - Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Explicação da Ementa: Aumentando o prazo judicial que começará a correr 48 (quarenta e oito) horas após a intimação.
40.	1079/03	Dr. Ribamar Alves – PSB /MA	Estimula a adição de ácido fólico na produção de pães. Cria selo de qualidade concedido pela ANVISA para ser usado pela padaria que adotasse tal medida.
41.	1080/03	Dr. Ribamar Alves – PSB /MA	Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Explicação da Ementa: Facultando ao farmacêutico, titular ou substituto, a prestação de serviço em até quatro estabelecimentos comerciais (farmácia ou drogaria).
42.	1113/03	Max Rosenmann - PMDB /PR	Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências.
43.	1149/03	Alice Portugal - PCdoB /BA	Dispõe sobre a reserva de vagas em processo seletivo para ingresso em instituições públicas de ensino superior.
44.	1150/03	Ricardo Izar - PTB /SP	Dispõe sobre a constituição de patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias de que trata a Lei nº. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e dá outras providências afins e conexas.
45.	1219/03	Átila Lins - PPS /AM	Revoga a Lei nº. 9.614, de 5 de março de 1998. Explicação da Ementa: Revogando a Lei que autoriza a destruição ou abate de aeronave classificada como hostil: "Lei do Abate".
46.	1226/03	Inaldo Leitão - PSDB /PB	Altera a redação dos artigos 867 a 873 da Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Explicação da Ementa: Facultando ao interessado registrar manifestação formal para garantia de direitos, podendo fazê-lo por escrito, em documento dirigido à autoridade judicial ou ao oficial de registro de títulos e documentos.
47.	1232/03	Maria do Rosário – PT /RS	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos nas embalagens, rótulos e publicidades de cigarros e bebidas alcoólicas.
48.	1271/03	Francisco Turra - PP /RS	Altera a Lei nº. 9.317, de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.
49.	1317/03	Max Rosenmann - PMDB /PR	Define o ato de enfermagem e dá outras providências.
50.	1445/03	Giacobo – PL /PR	Altera os arts. 3º, 4º, 7º e 12 da Lei nº. 6.729, de 28 de novembro de 1979, que "Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre."
51.	1479/03	Luciano Zica - PT /SP	Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.
52.	1527/03	Vicentinho - PT /SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade das montadoras de veículos utilizarem, na fabricação de seus produtos, 80 % de peças produzidas no Brasil.
53.	1560/03	Bernardo Ariston – PSB /RJ	Dispõe sobre a criação do programa de orientação, prevenção e tratamento da obesidade e das doenças dela decorrentes.
54.	1666/03	Luiz Carlos Haully – PSDB /PR	Altera a Lei nº. 9.782, de 1999, para estabelecer valor da taxa de fiscalização de vigilância sanitária nos casos que especifica.

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: retirados pelos autores. Art. 104 RI			
	PL	AUTOR	EMENTA
55.	1742/03	Luis Carlos Heinze – PP /RS	Altera dispositivos da Lei nº. 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, para limitar a indenização devida em caso de rescisão de contrato e para permitir a inclusão de cláusula del credere.
56.	1771/03	Pompeo de Mattos – PDT /RS	Dispõe sobre a regularização e anistia à emissoras de radiodifusão sonora que se encontram em funcionamento e desacordo com a legislação vigente.
57.	1798/03	Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Acrescenta o art. 557-A ao Código de Processo Civil - Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - sobre os efeitos do desprovimento do recurso.
58.	1845/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Altera a Lei nº. 6.615, de 16 dezembro de 1978, que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências", a fim de adequar a profissão de Radialista às inovações tecnológicas.
59.	1854/03	Eduardo Paes - PFL /RJ	Disciplina o acesso aos cargos em comissão.
60.	1860/03	Carlos Nader - PFL /RJ	"Regulamenta a profissão de garçom e dá outras providências."
61.	1867/03	Bernardo Ariston – PSB /RJ	Acrescenta dispositivos aos arts. 8º e 9º da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências.
62.	2033/03	Bernardo Ariston – PSB /RJ	Dispõe sobre a transferência e a destinação de recursos financeiros recolhidos ao FNDE, e dá outras providências.
63.	2803/03	Carlos Nader - PFL /RJ	Estende aos consumidores proprietários de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) o direito de livre acesso ao enchimento em distribuidoras registradas na Agência Nacional do Petróleo (ANP).
64.	2128/03	João Caldas - PL /AL	Revoga e altera redação de dispositivo da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e dá outras providências. Explicação da Ementa: Proibindo o transporte de passageiro em motocicleta, motoneta e ciclomotor.
65.	2144/03	Coronel Alves - PL /AP	Disciplina a gratuidade do ensino público superior nas instituições custeadas pelo Poder Público e possibilita a instituição de Fundo para a Democratização do Ensino Superior.
66.	2149/03	Coronel Alves - PL /AP	Determina que as indústrias de cigarros compensem os entes públicos pelos custos despendidos com os atendimentos médicos no Sistema Único de Saúde - SUS, prestados aos portadores de doenças associadas ao tabagismo.
67.	2157/03	Coronel Alves - PL /AP	Torna obrigatória a exibição de filme publicitário esclarecendo as conseqüências do uso de drogas antes das sessões principais, em todos os cinemas do País.
68.	2228/03	Fernando Gabeira – PT /RJ	Dispõe sobre o sistema orgânico de produção agropecuária; sobre a preparação, a rotulagem, a comercialização e a certificação de produtos que ostentem ou destinem-se a ostentar indicações referentes ao sistema orgânico de produção, e dá outras providências.
69.	2303/03	Reginaldo Lopes – PT /MG	Determina que conste nas embalagens de bebidas lácteas a quantidade de leite que se contém.
70.	2327/03	Pastor Reinaldo - PTB /RS	Torna obrigatória a presença de um exemplar da Bíblia Sagrada em todas as salas de aula no Território Nacional.
71.	2347/03	Simão Sessim - PP /RJ	Regulamenta o exercício da profissão de Psicanalista.
72.	2398/03	Angela Guadagnin – PT /SP	Altera a redação de dispositivos das Leis nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e 6.567, de 24 de setembro de 1978. Explicação da Ementa: Estabelecendo normas para extração de substâncias minerais utilizadas na construção civil, com jazidas localizadas nos corpos d'água.

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: retirados pelos autores. Art. 104 RI

	PL	AUTOR	EMENTA
73.	2459/03	Paulo Pimenta - PT /RS	Acrescenta inciso ao art. 24 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, para permitir a contratação direta na situação que identifica. Explicação da Ementa: Dispensando a licitação para compra de armas e equipamentos que garantam a efetividade da ação policial.
74.	2516/03	Reinaldo Betão - PL /RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informações técnicas e metrológicas que devem constar em auto de infração, laudo ou qualquer outro documento, provenientes das áreas de segurança e meio ambiente, que tenham sido produzidos por instrumentos, equipamentos e sistemas, e sejam utilizados para fins de pagamento de multa, instrução de inquérito policial e demais processos de qualquer natureza e dá outras providências.
75.	2776/03	Virgílio Guimarães – PT /MG	Modifica e dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº. 64 de maio de 1990. Explicação da Ementa: Aumentando para 10 (dez) anos o prazo de inelegibilidade de candidato a cargo eletivo.
76.	2777/03	Virgílio Guimarães – PT /MG	Acrescenta novo artigo à nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº. 35, de 1979. Explicação da Ementa: Fixando em 3 (três) anos o período de quarentena para o magistrado aposentado.
77.	2778/03	Virgílio Guimarães – PT /MG	Acrescenta novo artigo à Lei Complementar nº. 91. de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios.

ANEXO VII

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: devolvidos aos autores. Art. 137 do RI.				
	PL	Autor	Ementa	Motivo da Devolução
1.	6/03	Iara Bernardi - PT /SP	Altera a Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais", para dispor sobre a prática de "assédio moral".	Artigo 137, § 1º do RI.
2.	115/03	Iara Bernardi - PT /SP	Acrescenta inciso ao art. 1º do Decreto nº. 3.617, de 2 de outubro de 2000, que trata da composição do Conselho Nacional de Política Cultural.	Artigo 137, § 1º do RI.
3.	221/03	Orlando Fantazzini - PT /SP	Altera a redação da alínea "h" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Explicação da Ementa: Aumentando o prazo de inelegibilidade para 5 (cinco) anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão judicial.	Artigo 137, § 1º do RI.
4.	249/03	Paes Landim - PFL /PI	Dispõe sobre limites para contratação, nomeação e remuneração de servidor público.	Artigo 137, § 1º do RI.
5.	261/03	Maurício Rabelo - PL/TO	Acrescenta parágrafo ao art. 42 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Explicação: Obrigando aos fornecedores de produtos ou serviços, inclusive as instituições financeiras e administradoras de cartão de crédito, emitirem recibo de quitação ao término do contrato ou recibo das prestações já pagas no encerramento do ano civil, alterando a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
6.	339/03	Paes Landim - PFL /PI	Dispõe sobre remuneração e aposentadoria de servidores públicos.	Artigo 137, § 1º do RI.
7.	468/03	Yeda Crusius - PSDB /RS	Dispõe sobre a contribuição social dos servidores públicos civis que vierem a se aposentar e dá outras providências. Explicação da Ementa: Fixando critérios para o cálculo do benefício médio individual, levando em conta o tempo de contribuição aos Regimes de Previdência Social e o fator idade; estabelecendo para o servidor inativo valor de contribuição previdenciária não excedente ao aplicado ao pessoal ativo.	Artigo 137, § 1º do RI.
8.	503/03	Bismarck Maia PSDB /CE	Acrescenta o § 5º ao art. 37 da Lei nº. 8.078, de 1990.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
9.	516/03	Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP.	Ementa: Acrescenta o inciso XVI - A ao art. 51 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Explicação: Anulando a cláusula contratual que incluía automaticamente, o consumidor como sócio de qualquer sociedade em conta de participação.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
10.	686/03	Paulo Pimenta - PT /RS	Cria a Carreira de Policial Ferroviário Federal, Cargos efetivos / comissionados no Departamento de Polícia Ferroviária Federal e dá outras providências.	Artigo 137, § 1º do RI.
11.	699/03	Pompeo de Mattos - PDT/RS	Obriga os Centros de Formação de Condutores - CFCs, a adaptarem dez por cento de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: devolvidos aos autores. Art. 137 do RI.				
	PL	Autor	Ementa	Motivo da Devolução
12.	789/03	Eduardo Campos - PSB/PE.	Dispõe sobre a divulgação de informações sobre os direitos sociais do cidadão nas emissoras de radiodifusão sonora. Explicação: Divulgando os direitos sociais contidos nos artigos 6º (sexto) a 11 (onze) da Nova Constituição Federal.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
13.	1094/03	Mauro Passos - PT /SC	Modifica o artigo 12 da Lei nº. 8112 / 90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações e dá outras providências. Explicação: Diminuindo para 1 (hum) ano o prazo de validade do concurso público.	Artigo 137, § 1º do RI.
14.	1125/03	Ricardo Izar – PTB/SP.	Dispõe sobre o ensino em casa.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
15.	1476/03	Nicias Ribeiro - PSDB /PA	Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº. 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Explicação da Ementa: Criando a Floresta Nacional do Tapajós.	Por contrariar o no artigo 84, VI da CF
16.	1529/03	Pastor Francisco Olímpio - PSB /PE	Acrescenta dispositivos à Lei nº. 10. 593, de 6 de dezembro de 2002, que trata sobre Auditoria do Tesouro Nacional e a organização da carreira Auditor - Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, e dá outras providências.	Artigo 137, § 1º do RI.
17.	1559/03	Dr. Ribamar Alves - PSB/MA	Altera dispositivos das Leis nº. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre a organização da Seguridade Social, a instituição do Plano de Custeio e os Planos de Benefícios da Previdência Social.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
18.	1586/03	Humberto Michiles - PL /AM	Dispõe sobre a competência do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.	Por contrariar o artigo 84, VI da CF
19.	1610/03	Rogério Silva - PPS /MT	Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral" por parte de servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais a seus subordinados, alterando a Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Por contrariar o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da CF
20.	1678/03	Eduardo Paes - PSDB /RJ	Modifica o parágrafo 3º do artigo 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº. 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e pela Lei nº. 7.525, de 22 de julho de 1986.	Nos termos do art. 137, §1º, inciso I,
21.	1757/03	Ricardo Izar - PTB /	Institui o Fundo Nacional de Apoio às Florestas Plantadas e dá outras providências.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
22.	1843/03	Carlos Nader – PFL/RJ.	Permite ao contribuinte do Imposto de Renda deduzir do imposto devido as doações feitas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: devolvidos aos autores. Art. 137 do RI.				
	PL	Autor	Ementa	Motivo da Devolução
23.	1844/03	Carlos Nader – PFL/RJ.	Acrescenta inciso VI, no § 2º, do artigo 121, do Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Tipificando como homicídio qualificado o crime cometido contra Autoridades Policiais, membros do Ministério Público, Magistrados, Juízes, Parlamentares, Advogados e Servidores que atuem no combate ao crime.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
24.	1846/03	Carlos Nader - PFL/RJ.	Autoriza a utilização de armamento pelos integrantes das guardas municipais dos municípios com mais de cem mil habitantes e dá outras providências.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
25.	1881/03	Corauci Sobrinho - PFL /SP	Altera a redação de artigo que especifica da Lei nº. 8.112, de 1990 e dá providências correlatas. Explicação da Ementa: Incluindo a Artrite Reumatóide dentre as doenças graves para aposentadoria de servidores.	Por contrariar o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da CF
26.	1925/03	Leonardo Mattos - PV /MG	Dá nova Redação ao parágrafo 1º do art. 186 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 que “Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”. Explicação da Ementa: Incluindo a Síndrome de Trombofilia e Síndrome de Charcot - Marie - Tooth entre as doenças graves para efeito de aposentadoria do servidor.	Por contrariar o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal
27.	1937/03	Darcísio Perondi - PMDB /RS	Estabelece que as empresas fabricantes de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos deverão colocar em seus aparelhos sistema de voltagem automático.	Por não estar formalizada, nos termos do art. 137, §1º, inciso I,
28.	2028/03	Aginaldo Muniz – PPS / RO	Dispõe sobre a movimentação de praças das Forças Armadas.	Por contrariar o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "f", da CF
29.	2103/03	João Grandão - PT /MS	Altera o art. 5º da Lei nº. 8.112, de 1 de dezembro de 1990, para instituir a reserva de vagas para afrodescendentes.	Por contrariar o disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da CF
30.	2104/03	Tarcisio Zimmermann - PT /RS	Acrescenta alíneas e dá nova redação ao art. 210 da Lei nº. 8.112, de 1990, alterando a licença maternidade da servidora adotante ou que obtiver guarda judicial de criança até 8 anos de idade.	Por contrariar o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da CF
31.	2116/03	Luiz Bittencourt - PMDB/GO	Modifica a redação do art. 10, da Lei nº. 9.437, de 20 de fevereiro de 1997. Explicação: Aumentando a pena de detenção para 2 de (dois) a 4 (quatro) anos, para porte ilegal de arma.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
32.	2130/03	Enio Bacci - PDT /RS	Dispõe sobre a permissão de vendas via telefone por empresas de Tele-Marketing, e dá outras providências.	Por contrariar o artigo 84, inciso VI, alínea “a”, da CF

Projetos de lei que tiveram tramitação simbólica: devolvidos aos autores. Art. 137 do RI.				
	PL	Autor	Ementa	Motivo da Devolução
33.	2289/03	Alberto Fraga - PMDB /DF	Altera a tabela de vencimento básico dos servidores que especifica e dá outras providências.	Por contrariar o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da CF
34.	2292/03	Alberto Fraga - PMDB /DF	Altera a Lei nº. 10.356, de 27 de dezembro de 2001. Explicação da Ementa: Alterando a estrutura de remuneração dos servidores do TCU, incluindo o Adicional de Especialização e a Gratificação de Representação.	Por contrariar o art. 96 da CF
35.	2337/03	Carlos Nader - PFL /RJ	"Autoriza o saque do saldo total das contas individuais, pertencente aos trabalhadores inscritos nos programas nos PIS e PASEP, se o titular da conta encontrar-se desempregado."	Nos termos do art. 137, §1º, inciso I,
36.	2446/03	Rogério Silva - PPS /MT	Dispõe sobre novo limite das penas privativas de liberdade.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
37.	2458/03	Rogério Silva - PPS /MT	Acrescenta § 3º ao art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho para prever o pagamento de indenização por descumprimento de dispositivo legal.	Já existe proposição de idêntico teor do mesmo parlamentar.
38.	2622/03	Eduardo Paes - PSDB /RJ	"Dá nova redação ao §1º do art. 6º da Lei nº. 9.519, de 26 de novembro de 1997". Explicação da Ementa: Estabelecendo que os Cirurgiões-Dentistas poderão chegar ao posto de Contra-Almirante na escala hierárquica da Marinha.	Por contrariar o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "f", da CF
39.	2676/03	Gerson Gabrielli - PFL /BA	Dispõe sobre a criação da Ouvidoria Nacional das Micro e Pequenas Empresas	Nos termos do artigo 137, § 1º do RI.

ANEXO VIII

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA Nº. 01

MATÉRIA: PROJETOS AUTORIZATIVOS

1. Entendimento:

A) PROJETO DE LEI DE AUTORIA DE DEPUTADO OU SENADOR, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TOMAR DETERMINADA PROVIDÊNCIA, QUE É DE SUA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA, É INCONSTITUCIONAL.

B) PROJETO DE LEI, DE AUTORIA DE DEPUTADO OU SENADOR, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO É INCONSTITUCIONAL.

2. Fundamento:

2.1. § 1º do art. 61 da Constituição Federal

2.2. § 1º e inciso II do art. 164 do Regimento Interno

3. Precedentes:

3.1 Projeto de Lei nº. 2084/89

Aprova o Parecer do Relator, Deputado Sérgio Spada, pela inconstitucionalidade do projeto, em reunião realizada em 07/06/1990.

3.2 Projeto de Lei nº. 1892/89

Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Messias Góis, pela inconstitucionalidade do Projeto, em reunião realizada em 40/04/90.

3.3 Projeto de Lei nº. 2294/91

Declarado Prejudicado, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 29/09/93 (18ª Reunião Ordinária de 1993)

3.4 Projeto de Lei nºs 3167-A/92 e 1132-B/91

Declarado Prejudicado, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 22/09/93 (17ª Reunião ordinária de 1993).

3.5 Ofício nº. 163/90 - CCJR

Declarou a prejudicialidade de 112 projetos de lei que autorizavam o Poder Executivo a tomar determinada providência, e 37 projetos de lei que dispunham sobre a criação de estabelecimento de ensino.

3.6 Ofício nº. 155/91 - CCJR

Declarou a prejudicialidade de 37 projetos de lei que autorizavam o Poder Executivo a tomar determinada providência, e 28 projetos de lei que dispunham sobre a criação ou transformação de estabelecimento de ensino.

3.7 Ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/90

3.8

4. JUSTIFICAÇÃO:

4.1 Parecer: Deputado Sérgio Spada

"O fato de ser autorizativa a lei não modifica o juízo de sua inconstitucionalidade, por falta de legítima iniciativa." (PROJETO DE LEI N°. 2084/89)

4.2 Parecer: Deputado Messias Góis

"No caso concreto, entre as atribuições pertinentes ao Poder Executivo está o de promover o ensino nos três graus. A conveniência e a disponibilidade de recursos, após estudos de viabilidade determinam a construção de uma escola de nível superior ou não, de universidades ou escolas isoladas".

Não sei onde encontrar fundamento legal para sua apresentação, pois mesmo aprovado, não cria uma obrigação, pois fica na dependência de ser, a universidade idealizada, passível de implantação quando houver dotação orçamentária própria e suficiente para tal.

Autorizar o que já está autorizado pela Constituição é redundância. (....)

Numa hipótese de haver aprovação deste projeto, qual a sanção que sofreria o Executivo pelo seu não cumprimento? "Nenhuma" (PROJETO DE LEI N°. 1.892/89)

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 1994.

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Presidente

ANEXO IX

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA Nº. 02

MATÉRIA: UTILIDADE PÚBLICA

5. Entendimento:

PROJETO DE LEI QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO, SOCIEDADE, ENTIDADE, FUNDAÇÃO OU INSTITUIÇÃO É INCONSTITUCIONAL E INJURÍDICO.

6. Fundamento:

- 2.1. art. 84, II da Constituição Federal
- 2.2. Lei nº91, de 28/08/1935, regulamentada pelo Decreto nº. 50.517, de 02/05/1961
- 2.3. Decreto nº. 60.931, de 04/07/1967
- 2.4. Lei nº6.639, de 08/05/1979
- 2.5. Lei nº. 5.726, de 29/10/1971 (art. 3º)
- 2.6. § 1º e inciso II, do art. 164 do Regimento Interno.

7. Precedentes:

7.1 Projeto de Lei nº. 215-A/91

Aprovado o Parecer Vencedor, elaborado pelo Deputado Prisco Viana, pela inconstitucionalidade do projeto, em reunião realizada em 24/03/93 (1ª Reunião Ordinária de 1993).

7.2 Projeto de Lei nº. 1466-A/91

Aprovado o Parecer do Relator, Deputado José Thomaz Nonô, pela injuridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto, em reunião realizada em 26/01/94.

7.3 Projeto de Lei nº. 5457/89

Aprovado o Parecer reformulado do Relator, Deputado João Rosa, pela injuridicidade do Projeto, em reunião realizada em 21/08/91 (32ª Reunião ordinária de 1991).

7.4 Projeto de Lei nº. 2973/92

Declarado Prejudicado, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 14/04/94.

7.5 Projeto de Lei nº. 3224/92

Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Jair Bolsonaro, pela inconstitucionalidade, injuridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto, em reunião realizada em 26/01/94 (Ofício nº. P115/94-CCJR).

7.6 Projetos de Lei nºs 8345/86, 4071/93 e 4072/93

Declarados Prejudicados, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 22/09/93 (20ª Reunião Ordinária de 1993).

7.7 Projetos de Lei nºs 4182/89 e 5261/90

Declarados Prejudicados, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em 21/08/91 (32ª Reunião Ordinária de 1991 - Ofício nº. P167/91 - CCJR)

8. JUSTIFICAÇÃO:

8.1 Parecer: Deputado Prisco Viana

"A declaração de utilidade pública é ato regrado, regulado pela Lei nº. 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº. 50.517, de 02/05/61, ambos em vigor. Pela lei nº. 91, é de competência do Presidente da República, via Ministério da Justiça, tal declaração. E isso deve ser assim, uma vez que ao Presidente da República, como Chefe do Poder Executivo, compete "exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal" (cf. art. 84, II da CF/88)". (Projeto de Lei nº. 215-A/91).

"Chegamos então à quase paradoxal conclusão de que o Congresso pode mudar a lei nº. 91/35, se quiser, pode até revogá-la, mas não pode descumpri-la, desobedecê-la, sem invadir a competência privativa do Executivo. Isso seria injurídico, estaria contrário ao Direito, como um todo, no nosso ordenamento jurídico atual." (Projeto de Lei nº. 215-A/91)

"Seria, ademais, inconstitucional, não por uma forma de projeto de lei, nem pelo seu objeto, - uma vez que o Congresso PODE legislar sobre declaração de utilidade pública - mas por estar usando a lei para fazer em lugar do Executivo, a própria declaração, o que se constituiria um *detournement de pouvoir*, o que seria ilegal, como excesso de poder, e não, - evidentemente! - como desvio de finalidade. (Projeto de Lei nº. 215-A/91).

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 1994.

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Presidente

ANEXO X

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA N.º 04

Matéria: DATAS COMEMORATIVAS

1. ENTENDIMENTO:

PROJETO DE LEI QUE INSTITUI DIA NACIONAL DE DETERMINADA CLASSE PROFISSIONAL É INJURÍDICO

2. FUNDAMENTO:

- 2.1. § 2º do art. 215 da Constituição Federal
- 2.2. § 1º e inciso II, do art. 164 do Regimento Interno

3. PRECEDENTES:

3.1. PROJETO DE LEI N.º 2398/89

Aprovado o Parecer Vencedor, elaborado pelo Deputado Messias Góis, pela injuridicidade do Projeto, em reunião realizada em 05/05/93 (4ª Reunião Ordinária de 1993).

3.2. PROJETO DE LEI N.º 5273/90

Aprovado O Parecer do Relator, Deputado Messias Góis, pela injuridicidade, em reunião realizada em 03/10/91 (48ª Reunião Ordinária de 1991).

3.3. PROJETOS DE LEI N.ºs 3023/89,4747/90 e 1153/91

Declarados prejudicados, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em 16/10/91 (Ofício n.º P125/91-CCJR).

3.4. PROJETOS DE LEIS N.ºs 1160/88 e 1153/91

Declarados Prejudicados, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em 13/11/91 (Ofício n.º P167/91-CCJR).

3.5. PROJETO DE LEI N.º 1670-A/91

Declarado prejudicado, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 22/09/93 (17ª Reunião Ordinária de 1993).

3.6. PROJETO DE LEI N.º 2027-A/91

Declarado prejudicado, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 27/10/93 (20ª Reunião Ordinária de 1993).

4. JUSTIFICAÇÃO:

Parecer: Deputado Messias Góis

“O Plenário da Câmara dos Deputados e este órgão técnico firmaram entendimento no sentido da desnecessidade de lei para instituir dia nacional de determinada classe profissional.” (PROJETO DE LEI N.º 2398/89)

“A Comissão de Constituição e Justiça tem entendimento firmado que projetos de tal ordem não tem quaisquer sustentação jurídica, não criam direitos nem obrigações, razão porque, por jurisprudência já assentada, o presente projeto é eivado do vício de injuridicidade.” (PROJETO DE LEI N.º 5273/90)

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 1994.

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ

Presidente

ANEXO XI

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SÚMULA DE RECOMENDAÇÕES AOS RELATORES Nº 1/2001

Observação preliminar

A presente Súmula de Recomendações tem por objetivo definir parâmetros de referência às decisões da Comissão, não traduzindo qualquer tentativa de cercear o direito à iniciativa legislativa, por parte dos Autores, ou a livre manifestação do pensamento, por parte dos Relatores.

Projeto de lei de criação de escola (técnica, superior) federal

Por implicar criação de cargos, empregos e órgãos públicos, além de acarretar aumento de despesa, a iniciativa da criação de escolas é privativa do Poder Executivo. Projetos de lei desse teor são meramente autorizativos e, portanto, não geram nem direitos nem obrigações. Em termos de mérito educacional, a criação de uma escola pública deve ser decidida à luz de um Plano de Educação, de uma Política Educacional ou de uma proposta pedagógica inovadora, etc.

A criação de escolas deve ser sugerida em instrumento próprio: **a indicação** (RI, art. 113).

Projeto de lei de inclusão de disciplina em currículo

Quanto ao ensino fundamental, a competência legal da União, nesta matéria está constitucionalmente limitada à fixação de conteúdos mínimos, de maneira a assegurar 12) formação básica comum e diz respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais. O resto, inclusive no que se refere à educação infantil e ao ensino médio, é competência dos sistemas de ensino e das próprias escolas, as quais têm o dever de construir um currículo a partir de sua proposta pedagógica.

As universidades têm autonomia para fixar os currículos dos seus cursos e programas.

De um modo geral, por força do disposto no art. 9º, § 1º, c) e § 2º, c) da Lei nº 9.131, cabe às Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação.

Assim, como no caso precedente, o instrumento apropriado, aqui, também é a indicação (RI, art. 113).

Projeto de lei propondo tombamento de determinado bem cultural, integrando-o ao Patrimônio Histórico e Artístico nacional:

A preservação do Patrimônio Histórico nacional é um dever constitucional do Estado, em todos os níveis e instâncias - federal, estadual e municipal, conforme prevê o art. 23, incisos III e IV da Constituição Federal. No mesmo texto constitucional, na parte referente à Cultura, c artigo 216, § 1º preceitua, também, que ao Poder Público compete promover e proteger o Patrimônio Cultural brasileiro, por meio de inventários, registros,

vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Em nível federal, o órgão que exerce a política de preservação de nosso acervo cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Decreto-Lei nº. 25/37, que "*organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*", é que dá sustentação jurídica à atuação do IPHAN em todo o País, através do instrumento conhecido como tombamento". Tombamento não é função abstrata da lei, que apenas fixa as normas gerais para sua efetivação: é, sim, ato administrativo, da alçada do Ministério da Cultura e de seu órgão afeto à questão, no caso, o IPHAN, que se concretiza com a devida inscrição do bem no respectivo Livro do Tombo.

Neste sentido, em termos de iniciativa parlamentar, não cabe a elaboração de projeto de lei dispendo sobre tombamento de bens culturais. O instrumento legislativo adequado é a Indicação (RI, ai. 113).

Projeto de lei de denominação (aeroporto, ponte, rodovia, etc.)

Trata-se de dar nome a bem público de propriedade da União. Ou, então, de mudar denominação existente. Regimentalmente, é homenagem cívica, razão por que o mérito é avaliado nesta Comissão (RI, ai. 32, VII, g). Até ai, não há problema.

O problema é que, via de regra, a pessoa que se deseja homenagear é conhecida apenas local ou regionalmente, tornando difícil o Relator e os demais membros da Comissão emitirem um juízo fundamentado quanto ao merecimento da homenagem.

Recomenda-se o voto favorável apenas para aqueles projetos de lei de denominação (ou renomeação) de bem público que venham instruídos com uma prova clara de concordância da comunidade local ou regional, que pode ser, por exemplo, na forma de um abaixo-assinado, um voto de apoio de Câmara de Vereadores ou Assembléia Legislativa, uma manifestação favorável (por escrito!) de clubes de serviços, entidades de classe, associação comercial. O importante é que haja certeza quanto ao apoio popular à iniciativa.

Aos projetos de lei de concessão de título de patrono de categoria profissional, carreira, corporação ou instituição seta dispensado, por analogia, o tratamento previsto para os projetos de lei de denominação. Ou seja, o voto será favorável apenas para aqueles projetos de lei que venham instruídos com uma prova clara de concordância dos segmentos por eles diretamente afetados.

Projetos de lei de instituição de data (semana, etc.) Comemorativa

A avaliação do mérito de projetos de lei destinados a instituir datas comemorativas e cívicas é atribuição da Comissão de Educação, Cultura e Desporto (RI, art. 32, VII, g). O art. 215, § 2º da Constituição Federal, dispõe que "a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais".

Neste área há, fundamentalmente, três tipos de projeto de lei:

a) Instituição de datas de evidente significação nacional ou de especial interesse público, desde que respeitados os princípios da cultura pluralista e da harmonia social. Trata-se de "comemorações" que ensejam a discussão ou a tomada de consciência de problema relevante em área específica (saúde preventiva, educação

escolar, diversidade cultural, cidadania, etc.).

Estes projetos de leis podem ser aprovados sem qualquer problema. Entretanto, quando implicarem, para sua efetividade, ações concretas do Poder Executivo (caso, por exemplo, de campanhas de prevenção), caberiam melhor numa Indicação.

b) Instituição de data comemorativa de interesse de categoria profissional, de grupo religioso, de partido político, etc. Na verdade, o Estado não tem autoridade para determinar quando e como se deve “cultua?” esta ou aquela categoria, este ou aquele profissional. Compete-lhe homenageá-los todos os dias regulamentando as relações de trabalho e a previdência social, apoiando os sindicatos e as associações profissionais, incentivando a formação técnica e o aperfeiçoamento profissional, etc. Há quem considera a edição de leis de instituição deste tipo de datas comemorativas ingerência indevida e desnecessária em assunto interno de confederações, federações, associações, sociedades civis. As próprias entidades deveriam saber se há o que comemorar e onde, quando e como comemorar. Não havendo consenso, **é ou aprovar, ou rejeitar (todos!)**.

Sala da Comissão, 12 de março de 2005

Deputado PAULO DELGADO

Presidente

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S.H. *Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 31, n.1, 1988.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. *The inefficient secret revisited: the legislative input and output of Brazilian deputies (O segredo ineficiente revisito: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros)*. DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.46, n. 4, p.661-698, 2003.

ARAÚJO, Paulo M. *O Desempenho Legislativo do Senado entre 1989 e 2000*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Legislativos, FAFICH, UFMG.

ATIENZA, Manuel. *Contribución para una Teoría de la Legislación*. DOXA Cuadernos de Filosofía del Derecho – Universidad de Alicante, España, 1989, n. 6.

BRAGA, Sérgio. *O que fazem os deputados estaduais paranaenses e por quê? Testando o modelo do “Segredo Ineficiente Revisito” numa escala subnacional*. Paper V Congresso ABCP, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior*. – 2. Ed.rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

DELLEY, Jean-Daniel. *PENSAR A LEI. INTRODUÇÃO A UM PROCEDIMENTO METÓDICO*. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v.7, n. 12, p. 101-143, jan./jun.2004.

FERNANDEZ, Luis F. P. Leiva. “CHECKLISTEN”: *UNA TECNICA CONTRA LA INFLACION LEGISLATIVA*. Revista Jurídica Argentina "LA LEY", 1996-E, p. 1324.

FERREIRA, José Rodrigues; OLIVEIRA, Regis Fernandes. *Processo Legislativo: uma contribuição ao debate*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações: 1996.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. *Congresso Nacional: organização, processo legislativo e Produção Legal*. Cadernos de Pesquisa CEBRAP/Entrelinhas, São Paulo, n. 5, 1996.

ALDO faz balanço de votações da convocação. JORNAL DA CÂMARA, Brasília, ano 7, n.1579, p.3, 20 jan. 2006.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina C. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 44, p.81-106, 1998.

LIMONGI, Fernando. *Presidencialismo e Governo de Coalizão* In: Leonardo Avritzer; Fátima Anastasia. (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 237-257.

_____. *A Democracia no Brasil*. Cadernos de Pesquisa CEBRAP, São Paulo, n. 76, p. 17-41, 2006.

MARTINO, Antonio A. *LA ELABORACION DE PROYECTOS LEGISLATIVOS*. Revista Jurídica Argentina "La Ley", 1996-C, página 1235.

MENDES, Gilmar Ferreira *et al. Manual de redação da presidência da república*. Brasília: Presidência da República, 1991.

MORAIS, Filomeno. *Executivo e Legislativo no Brasil pós Constituinte*. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 15(4) 2001.

NEVES, Marcelo da Costa Pinto. *A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. *Processo Legislativo*. Coleção Síntese Jurídica, Editora Impetus, 2ª ed., Niterói, RJ, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. *Uma teoria da preponderância do Poder Executivo. O sistema de Comissões no Legislativo brasileiro*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 15, n. 43, 2000.

RAAD, Kley Ozon M. C. *Denominação de bens públicos administrativos pelos Poderes Executivo e Judiciário*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília, junho de 2005.

RICCI, Paolo. *Vínculos institucionais à ação legislativa dos deputados. Um estudo sobre os determinantes da produção legislativa de origem parlamentar das câmaras baixas*. Trabalho apresentado no 5º encontro da Associação Brasileira de Ciências Políticas (ABCP) de 2006; Belo Horizonte, 2006.

_____. *O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais?* Dados, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº. 4, p. 699 a 734, 2003.

_____. *A Medida das Leis: Do uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável*. BIB, São Paulo, n° 54, 2º semestre de 2002, pp. 101-123.

_____. *Conexão Eleitoral e estratégias legislativa: hipóteses e evidências para o caso brasileiro*.

SANTOS, Fabiano G. M. *Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963*. Dados, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº. 3, p.459 a 496, 1995.

_____. *Patronagem e poder de agenda na política brasileira*. Dados, Rio de Janeiro, Iuperj, v. 40, n.3, p.465-92, 1997.

_____. *Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão*. Dados, Rio de Janeiro, Iuperj, v. 45, n.2, p. 237-64, 2002.

_____. *Poder Legislativo e Democracia Contemporânea*. Plenarium, Brasília, ano 1, n. 1, p. 26-39, 2004.

SILVA, José Afonso da. *PROCESSO CONSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DAS LEIS*. 2. ed. São Paulo, Editora Malheiros, 2006.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. *Iniciativas, cenários e decisões legislativas estaduais: um estudo comparativo*. In: 5º encontro da ABCP, 2006, Belo Horizonte.